

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

YASMIN MAIARA TORRES SOUZA

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL, DESEMPENHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS

VITÓRIA – ES

2023

YASMIN MAIARA TORRES SOUZA

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL, DESEMPENHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Diane Rossi Maximiano Reina.

VITÓRIA – ES

2023

YASMIN MAIARA TORRES DE SOUZA

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL, DESEMPENHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Vitória, 13 de **novembro** de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DIANE ROSSI MAXIMIANO REINA**
Data: 19/11/2023 22:17:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Diane Rossi Maximiano Reina
Presidente da Banca
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Louzada
Universidade Federal do Espírito Santo

 Documento assinado digitalmente
Suliani Rover
Data: 27/11/2023 13:45:57-0300
CPF: ***.499.349-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a Dr.^a Suliani Rover
Universidade Federal de Santa Catarina



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO



PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LUIZ CLAUDIO LOUZADA - SIAPE 1692348
Departamento de Ciências Contábeis - DCC/CCJE
Em 24/11/2023 às 11:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/842893?tipoArquivo=O>

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S719e Souza, Yasmin Maiara Torres, 1994-
Evidenciação Contábil, Desempenho e Responsabilidade
Social Corporativa: Uma Análise dos Clubes de Futebol
Brasileiros / Yasmin Maiara Torres Souza. - 2023.
71 f. : il.

Orientadora: Diane Rossi Maximiano Reina.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Evidenciação Contábil. 2. Responsabilidade Social
Corporativa. 3. Clubes de futebol brasileiros. I. Reina, Diane
Rossi Maximiano. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 657

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero iniciar expressando minha profunda gratidão a Deus. Sem Sua misericórdia, amor e discernimento, eu não teria conseguido chegar até este ponto.

Gostaria de estender meus agradecimentos aos meus familiares, em particular à minha mãe, a Cacauzinha, e ao meu irmão, Jean, pelo apoio incondicional e pela compreensão que me ofereceram ao longo desta jornada.

Quero também expressar minha sincera gratidão ao meu esposo, que esteve ao meu lado, torcendo por mim, me confortando nos momentos difíceis, demonstrando paciência e dando significado aos nossos votos de compartilhar tanto as alegrias quanto as tristezas.

À minha orientadora, professora doutora Diane Rossi Maximiano Reina, por aceitar o desafio de me orientar nessa jornada. Sua empatia, seu vasto conhecimento e suas orientações valiosas foram fundamentais para o meu progresso acadêmico.

Desejo manifestar minha admiração e gratidão ao meu ex-professor e amigo Valdemir da Silva, pelo apoio fundamental que me motivou a trilhar o caminho da carreira acadêmica.

Aos meus amigos do programa de mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em especial, meu trio, Victorya Maria, Vinícius Henrique e Juliana Ellen. Mesmo nunca tendo nos encontrado pessoalmente, nossa fraternidade nos trouxe até este ponto, por isso sou imensamente grata.

Aos meus colegas que já alcançaram o título de mestre, Nayna Texeira, Lucas Alexandre e Caio Cabral agradeço por compartilharem suas experiências e oferecerem conselhos que foram cruciais para o êxito desta jornada.

Agradeço ao apoio, nas pessoas das instituições do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFES e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte material e financeiro assegurado.

RESUMO

Os clubes de futebol, anteriormente centros de entretenimento, transformaram-se em segmentos de negócios, enfrentando uma pressão crescente da sociedade para assumirem compromissos significativos com questões de interesse público, frequentemente abordadas por meio de programas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Este universo, caracterizado por laços sólidos com a comunidade e pela gestão muitas vezes não profissionalizada, é imperativo reformular o modelo atual para promover a legitimidade perante a sociedade, resolver deficiências e manter a estabilidade financeira e esportiva dos clubes. Neste contexto, o objetivo geral desta dissertação é analisar a relação entre a evidenciação contábil, o desempenho e a RSC. A pesquisa utiliza indicadores econômico-financeiros, esportivos e sociais em uma amostra de 23 clubes de futebol que disputaram as séries A e B no ano de 2021 do Campeonato Brasileiro. O período analisado compreende os anos de 2018 a 2022. As hipóteses foram abordadas por meio de técnicas estatísticas, utilizando um modelo Tobit. A evidenciação contábil, variável dependente, foi mensurada por meio de um *checklist* relacionado às métricas da ITG 2003 (R1). As variáveis independentes incluem desempenho econômico-financeiro, esportivo e social, além de variáveis de controle. Os resultados revelam que a adoção de práticas de RSC está correlacionada com a evidenciação contábil, através da quantidade de seguidores nas redes sociais e times de futebol feminino. Em relação ao desempenho econômico-financeiro e esportivo, os resultados sugerem uma relação positiva com a qualidade da evidenciação contábil, especialmente quando mensurados por meio do endividamento geral e da participação do clube na série A. Por fim, a pesquisa destaca que, ao contrário de modelos anteriores que analisaram apenas a relação entre evidenciação contábil, desempenho econômico-financeiro e esportivo, é crucial compreender o contexto social. A principal contribuição deste estudo é a aplicação de um modelo que se adequa à realidade dos clubes de futebol brasileiros, considerando sua complexa interação com a sociedade.

Palavras-chave: Evidenciação Contábil. Futebol. Desempenho. Responsabilidade Social Corporativa.

ABSTRACT

Soccer clubs, formerly entertainment centers, have become business segments, facing increasing pressure from society to make significant commitments to issues of public interest, often addressed through Corporate Social Responsibility (CSR) programs. In this universe, characterized by strong ties to the community and often unprofessionalized management, it is imperative to reformulate the current model in order to promote legitimacy in the eyes of society, resolve deficiencies and maintain the financial and sporting stability of clubs. In this context, the general objective of this dissertation is to analyze the relationship between accounting disclosure, performance and CSR. The research uses economic, financial, sporting and social indicators on a sample of 23 soccer clubs that competed in the A and B series of the Brazilian Championship in 2021. The period analyzed covers the years 2018 to 2022. The hypotheses were addressed through statistical techniques, using a Tobit model. Accounting disclosure, the dependent variable, was measured using a checklist related to the ITG 2003 (R1) metrics. The independent variables include economic-financial, sporting and social performance, as well as control variables. The results reveal that the adoption of CSR practices is correlated with accounting disclosure, through the number of followers on social networks and women's football teams.. However, in relation to economic-financial and sporting performance, the results suggest a positive relationship with the quality of accounting disclosure, especially when measured by general indebtedness and the club's participation in the A series. Finally, the research highlights that, unlike previous models which have only analyzed the relationship between accounting disclosure and economic, financial and sporting performance, it is crucial to understand the social context. The main contribution of this study is the application of a model that fits the reality of Brazilian soccer clubs, considering their complex interaction with society.

Keywords: Accounting disclosure. Soccer. Performance. Corporate Social Responsibility.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Clubes que integram a amostra	28
Quadro 2 — <i>Checklist</i> métricas da ITG 2003 (R1)	30
Quadro 3 — Variáveis explicativas — Desempenho dos clubes de futebol.....	34
Quadro 4 — Variáveis explicativas — Variáveis de controle	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Estatística descritiva dos clubes.....	39
Tabela 2 — Estatística descritiva das variáveis.....	41
Tabela 3 — Matriz de correlação para responsabilidade social corporativa.....	43
Tabela 4 — Matriz de correlação para desempenho econômico-financeiro.....	44
Tabela 5 — Matriz de correlação para desempenho esportivo.....	45
Tabela 6 — Regressão Tobit para a H1 de IEC e RSC.....	45
Tabela 7 — Regressão Tobit para a H2 de desempenho econômico-financeiro.....	47
Tabela 8 — Regressão Tobit para a H3 de desempenho esportivo.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Variação média do indicador de evidenciação contábil.....	43
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBF — Confederação Brasileira de Futebol

CFC — Conselho Federal de Contabilidade

CPC — Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FIFA — *Fédération Internationale de Football Association*

IFRS — *International Financial Reporting Standards*

ITG — Interpretação Técnica Geral

NBC — Normas Brasileiras de Contabilidade

PROFUT — Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro

RSC — Responsabilidade Social Corporativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização	11
1.2 Problema de pesquisa.....	15
1.3 Objetivos geral e específicos	15
1.4 Justificativa	16
2 REVISÃO DA LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES.....	18
2.1 Teoria da Legitimidade e Responsabilidade Social Corporativa.....	18
2.2 Características e evolução normativa aplicada aos clubes de futebol brasileiros	20
2.3 Evidenciação contábil e desempenho dos clubes	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1 Classificação, amostra e coleta de dados	28
3.2 Técnicas de análise de dados	29
3.3 Modelos e variáveis	29
<i>3.3.1 Operacionalização das variáveis explicadas e explicativas</i>	<i>29</i>
<i>3.3.2 Operacionalização das variáveis de controle dos modelos</i>	<i>35</i>
<i>3.3.3 Modelos estatísticos das hipóteses</i>	<i>37</i>
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
4.1 Análise descritiva	39
4.2 Resultado e discussão	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Brasil, um país apaixonado por futebol, onde torcedores são levados emocionalmente pelo clube do coração. Esse sentimento leva o desempenho econômico-financeiro ao segundo plano, uma vez que as recorrentes vitórias, o bom desempenho dentro de campo e a participação nas maiores ligas nacionais e internacionais são as prioridades. Essas emoções são reflexo de algumas das características do futebol brasileiro, no qual os torcedores apresentam comportamento passional e priorizam o sucesso esportivo (Barros, 2006).

No entanto, esse esporte deixou de ser apenas um entretenimento para ser considerado um segmento de negócio. De acordo com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), mais de 13,5 milhões de torcedores foram aos estádios durante a temporada de 2022, gerando, por conseguinte, o acúmulo de meio bilhão de reais para os clubes (CBF, 2022). Nesse mesmo período, a entidade máxima do futebol brasileiro registrava 656 clubes de futebol profissional e o total de 5.591 jogadores participando dos campeonatos das séries A, B, C e D (CBF, 2022).

Responsável por cifras milionárias e com grande potencial econômico-financeiro, a maior parte dos clubes brasileiros são entidades sem fins lucrativos (Macedo, 2019). Esse modelo associativo não significa a proibição de entrada de receitas; porém, eventuais resultados positivos (superávits) não são distribuídos aos associados, mas, sim, reinvestidos nos próprios clubes, o que pode incentivar práticas de gestões amadoras (Marques, 2005).

Os 20 clubes brasileiros de futebol com maiores receitas em 2020 possuem um endividamento significativo de R\$ 10,3 bilhões (Somoggi, 2021). Na última década, a incidência de clubes de futebol insolventes, a baixa governança, a sonegação fiscal e os escândalos de corrupção aumentaram substancialmente no Brasil (Rezende & Dalmácio, 2015; Minatto & Borba, 2020). Além disso, o uso de *doping*, a violência nos estádios, o vandalismo, o racismo e a manipulação de resultados causam crises de legitimação nos clubes de futebol (Raimo, Vitolla, Nicolo & Polcini, 2021).

Ao comparar organizações esportivas com empresas, é importante salientar que existem diferenças significativas na forma como o desempenho é avaliado. Guzmán

(2006) destaca que os clubes de futebol têm dois objetivos principais em relação ao seu desempenho: o financeiro e o esportivo.

Entretanto, atualmente, há uma pressão crescente da sociedade por um comprometimento maior das empresas em temas de interesse público, o que muitas vezes é abordado por meio de programas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (Trendafiova, Ziakas & Sparvero, 2017).

O futebol caracteriza-se pelos fortes laços com a comunidade (Castro-Martinez & Jackson, 2015). No entanto, à medida que esses clubes se tornam mais profissionalizados e se transformam em empresas globais lideradas pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), a conexão deles com as comunidades de origem tende a diminuir (López Frías, 2018). Isso cria tensões organizacionais significativas, já que os clubes precisam escolher entre priorizar a sociedade ou focar no desempenho econômico-financeiro e esportivo (Pedersen & Rosati, 2019).

A RSC e a Teoria da Legitimidade estão intrinsecamente relacionadas. A Teoria da Legitimidade pressupõe que as entidades são influenciadas e influenciam a sociedade na qual estão inseridas (Deegan, 2002). Uma organização pode ser considerada legítima quando seus elementos, suas crenças e suas definições são suportados por princípios estruturais aceitos no sistema social (Rossoni, 2016). Guthrie e Parker (1989) estabelecem uma conexão entre a Teoria da Legitimidade e a ideia de “contrato social”, indicando que a quebra do contrato social pode ameaçar a sobrevivência de uma entidade e torná-la ilegítima perante a sociedade (Deegan, 2002).

De acordo com Walters e Panton (2014), os clubes podem ser motivados inicialmente por interesse próprio, resultado das demandas da gestão administrativa, para alcançar um melhor desempenho esportivo, e posteriormente pela causa social em si.

Segundo Gutiérrez-Fernández, Talavera-Álvarez e Coca-Pérez (2017), os clubes atingem níveis elevados de endividamento em função da má gestão administrativa. A má gestão reflete o amadorismo e pode levar à irresponsabilidade administrativa e, conseqüentemente, à crise financeira (Pereira, Rezende, Corrar & Lima, 2004; Rezende & Pereira, 2005).

Essa realidade pode ser justificada pela falta de profissionalização na gestão dos clubes, sendo, para tanto, necessário alterar o modelo atual com o objetivo de promover a legitimidade perante a sociedade, solucionar a situação deficitária e manter o equilíbrio financeiro e esportivo dos clubes de futebol (Valente & Serafim, 2006; Gasparetto, 2013; Raimo *et al.*, 2021).

Como o lucro não é o principal objetivo do modelo associativo, comandar um clube da mesma forma que uma entidade com fins lucrativos é extremamente difícil. Nessa perspectiva, Minatto e Borba (2020) afirmam que, para adotar uma abordagem mais profissional em sua organização e gestão de recursos, as entidades desportivas enfrentam pressões constantes, tanto internas quanto externas.

Segundo Piza *et al.* (2012), a falta de profissionalização nas entidades do terceiro setor torna a mensuração e a evidenciação adequada das informações contábeis uma tarefa difícil. Contudo, deve-se ter uma postura empresarial a fim de garantir a sobrevivência da entidade (Guthrie & Parker, 1989; Kuper & Szymanski, 2010).

Carvalho e Fadul (2012) ressaltam a importância da qualificação técnica, do posicionamento administrativo e da compreensão dos relatórios contábeis como características básicas para o sucesso dessas organizações.

Clubes de futebol e entidades de qualquer segmento necessitam de equilíbrio financeiro para ter capacidade de permanecer em operação e serem competitivos frente aos seus adversários (Espitia-Escuer & García-Cebrián, 2010; Freitas; Farias & Flach, 2017).

Os indicadores de desempenho são ferramentas indispensáveis para a avaliação da situação patrimonial e revelam não exclusivamente a situação econômico-financeira, mas também exibem como as organizações estão apresentando sua produtividade, sua qualidade e sua estratégia (Oliveira *et al.*, 2004).

Baroncelli e Lago (2006) esclarecem que existe um ciclo virtuoso entre o desempenho esportivo e financeiro, no qual a disposição de recursos financeiros permite o investimento na formação de clubes competitivos, o que acaba resultando em um bom desempenho esportivo. Ferreira, Marques e Macedo (2018) reforçam que esse sucesso financeiro-esportivo exige dos clubes de futebol a ação efetiva de uma gestão responsável e profissional, a qual deve atuar de forma racional para alcançar esses objetivos.

O fato de receberem de forma direta ou indireta recursos governamentais pressupõe a necessidade de transparência sobre a alocação desses recursos e o dever de prestação de contas. Por esse motivo, diferentemente do ambiente empresarial, não seriam os benefícios financeiros que poderiam incentivar a divulgação de informações, mas, sim, o *enforcement* regulatório (Piva, Andrade Júnior & Marques, 2020).

A informação contábil pode contribuir para uma gestão mais profissional, utilizando a divulgação como ferramenta de legitimação. A evidenciação permite entender o que de fato está ocorrendo na entidade, reduzindo a assimetria informacional

e apresentando maior visibilidade do futebol brasileiro perante os *stakeholders* (Custódio & Rezende, 2009).

A evidenciação trata da qualidade das informações econômico-financeiras, que visam auxiliar no processo decisório e transmitir transparência aos usuários (Niyama & Gomes, 1996). Para Medeiros e Quinteiro (2005), a evidenciação se relaciona positivamente com as características qualitativas da informação contábil. Lima (2010) e Gabriel e Silveira (2011) utilizam os critérios de evidenciação para mensuração da qualidade da informação.

Nesse sentido, para garantir a continuidade das atividades da organização e obter um bom desempenho financeiro-econômico, a contabilidade tem um papel fundamental. Isso porque ela visa disponibilizar informações úteis e de qualidade para a tomada de decisão (Vico Mañas & Ezequiel de Medeiros, 2012; Ramos & Klann, 2015; De Moraes Peres, Duarte & Araujo, 2018). A melhoria do nível de divulgação e de qualidade das informações contábeis potencializa a captação de novos investimentos, passa credibilidade aos torcedores, gera capital com custo menor, entre outros incentivos (Yamamoto & Salotti, 2006).

Para regularizar as atividades das entidades desportivas, foram sancionadas leis e normas que demonstram a preocupação do Estado brasileiro em estabelecer dispositivos que promovam profissionalização e transparência da gestão de clubes de futebol (Rezende, Dalmácio & Salgado, 2010).

Com o objetivo de promover a padronização, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu a Resolução nº 1.429/2013 e estabeleceu a Interpretação Técnica Geral 2003. A norma citada vigora desde 2013, atualmente com uma nova redação, após a revisão realizada em 2017.

A aplicação da norma vigente, segundo Prado e Moreira (2014), proporciona aos usuários da informação contábil acesso a dados de qualidade e livres de omissões ou registros equivocados de eventos desportivos com implicações contábeis. Ademais, é possível dizer que a resolução do CFC nº 1.429/2013 minimiza problemas de comparabilidade, apresentando respaldos técnicos a serem adotados pelas entidades desportivas e constituindo-se uma norma de divulgação obrigatória (Piva, Marques & Macedo, 2020).

1.2 Problema de pesquisa

A literatura nacional e internacional apresenta estudos sobre a evidenciação contábil e sobre os desempenhos econômico-financeiros e esportivos (Göllü, 2012; Dimitropoulos, 2014; Ferreira, Marques & Macedo, 2018; Rezende & Custódio, 2012; Figueiredo, Santos & Cunha, 2017; Marques, Santos & Ferreira, 2017; Benin, Diehl & Marquezan, 2019; Piva, Andrade Júnior & Marques, 2020; Piva, Marques & Macedo, 2020). Entretanto, essas pesquisas não consideram o contexto social.

Os esportes desempenham um papel único na sociedade, abordando questões sociais problemáticas em diversos contextos (Walters, 2012). No entanto, é indiscutível que os principais clubes de futebol, com sua ampla visibilidade e alcance de público, têm a responsabilidade de assumir suas ações. A adoção de práticas de RSC não apenas beneficia as organizações a longo prazo, mas também aumenta sua legitimidade perante a sociedade.

Ainda que pesquisas anteriores levem em consideração a percepção dos *stakeholders*, observou-se a existência de poucos estudos brasileiros sobre a gestão da RSC no futebol. No entanto, nos últimos anos, houve um aumento significativo na adoção de iniciativas de RSC pelas organizações esportivas de times profissionais, além do crescente interesse sobre o impacto dessas iniciativas nas organizações (Liu *et al.*, 2019).

Considerando o contexto discorrido acima e a escassez de estudos que investigam a relação entre a evidenciação das demonstrações contábeis e a implementação de práticas de RSC nos clubes de futebol, associada à importância dos desempenhos econômico-financeiro e esportivo dessas organizações, a questão de pesquisa que se apresenta é: **Qual a relação entre a evidenciação contábil, os desempenhos econômico-financeiro e esportivo e a adoção de práticas de RSC por clubes de futebol brasileiros?**

1.3 Objetivos geral e específicos

Com base no contexto apresentado, este estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre a evidenciação contábil e os desempenhos econômico-financeiro e esportivo e a adoção de práticas de RSC no contexto dos clubes de futebol brasileiros.

Como objetivos específicos, buscou-se:

a) Investigar a existência de relação entre a evidenciação contábil e a adoção de práticas de RSC, nos clubes de futebol brasileiro;

b) Averiguar a existência de relação entre a evidenciação contábil e os desempenhos econômico-financeiro e esportivo.

1.4 Justificativa

O desporto futebolístico é o mais atrativo mundialmente (Holanda *et al.*, 2015). Embora os clubes de futebol se concentrem no entretenimento, eles são responsáveis por movimentações financeiras de grande porte (Cunha, Santos & Haveroth, 2017). Apesar de atuarem em um mercado tão promissor, os clubes enfrentam limitações em relação à transparência de seu desempenho econômico-financeiro (Alves, Behr & Raimundini, 2012). Essas limitações corroboram com a literatura acadêmica, que aponta baixo nível de evidenciação dessas informações nos clubes de futebol brasileiros (Piva *et al.*, 2020a). Nesse sentido, busca-se reforçar a discussão acerca das dificuldades enfrentadas pelos clubes de futebol brasileiros na evidenciação contábil.

Slack e Shrives (2008) pontuam que estudar os relatórios dos clubes é importante para a comunidade, tendo em vista que o futebol é um setor importante na economia, devido à grande movimentação de recursos, e que a legitimidade das informações contábeis divulgadas no futebol vem sendo cada vez mais questionada.

Nos últimos anos, observa-se como o sistema de mensuração contábil pode impactar a qualidade da informação, surgindo a necessidade de novos estudos buscando verificar tanto a qualidade das normas contábeis aplicadas ao futebol quanto a qualidade das demonstrações financeiras dos clubes (Piva *et al.*, 2020b).

É importante ressaltar que apenas divulgar informação não é suficiente; as organizações devem ter cuidado para garantir que a divulgação seja feita com qualidade, pois informações distorcidas ou imprecisas podem afetar negativamente a confiança dos *stakeholders* nas organizações (Camargo, 2001).

De acordo com estudos realizados por Rezende e Custódio (2012), Figueiredo, Santos e Cunha (2017), Marques, Santos e Ferreira (2017), Benin, Diehl e Marquezan (2019), Piva, Andrade Júnior e Marques (2020), e Piva, Marques e Macedo (2020), destaca-se a dificuldade em cumprir as normas de transparência dos demonstrativos contábeis, principalmente para clubes de futebol de pequeno porte. No entanto, ao revisar a literatura existente, observa-se uma carência de estudos dedicados a investigar a adoção de práticas de RSC no esporte, especialmente no contexto nacional.

Holtz *et al.* (2014) destacam que a divulgação de informações sociais por parte das empresas é uma escolha voluntária, e estas têm a capacidade de decidir o que será apresentado em seus *websites*, incluindo a possibilidade de omitir certos fatos ou divulgar dados que possam distorcer a realidade. Justifica-se ainda pela necessidade de abandono de uma gestão amadora (Mósca, Silva & Bastos, 2009).

Além dos cumprimentos normativos, o presente estudo pretende compreender o papel social dos clubes (Raimo *et al.*, 2021), norteado pela Teoria da Legitimidade.

É importante ressaltar que os clubes de futebol têm recebido grande destaque na mídia esportiva nacional e internacional, tanto em cenários positivos quanto em escândalos fiscais, na falta de pagamento de salários de jogadores, na violência nos estádios e em casos de dirigentes presos. Essas ações podem resultar em quebra de contrato social e afetar a legitimidade dos clubes perante a sociedade (Raimo *et al.*, 2021).

Nesse contexto, o presente estudo se propõe a analisar a relação entre a evidenciação contábil, os desempenhos econômico-financeiro e esportivo e a adoção de práticas de RSC por clubes de futebol, utilizando as métricas estabelecidas na Resolução do CFC nº 1.429/2013, uma norma relativamente recente, considerando sua última redação.

O processo de regulamentação das práticas contábeis possibilita maior uniformidade na evidenciação contábil e na comparabilidade das informações apresentadas pelas entidades (Holanda *et al.*, 2015). Dessa forma, as métricas selecionadas para esta pesquisa possuem o potencial de aumentar a comparabilidade das informações divulgadas pelos clubes de futebol brasileiros, uma vez que estabelecem procedimentos específicos a serem seguidos pelas entidades esportivas (Piva *et al.*, 2020b).

Espera-se, assim, contribuir com a literatura a respeito da gestão do futebol, principalmente no que se refere a como a evidenciação contábil pode afetar cada desempenho dos clubes (econômico-financeiro, esportivo e social) e à percepção dos *stakeholders* sobre esses clubes.

2 REVISÃO DA LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

2.1 Teoria da Legitimidade e Responsabilidade Social Corporativa

A contabilidade pode ser utilizada para imprimir traços de racionalidade às organizações, atingindo diretamente o mundo dos negócios, as estruturas sociais, as relações entre o Estado e os cidadãos, bem como as relações entre entidade e sociedade (Dias Filho, 2009).

A pressuposição subjacente da Teoria da Legitimidade é a de que as entidades são influenciadas e influenciam a sociedade em que atuam (Deegan, 2002). Assim, organização pode ser considerada legítima quando seus elementos, crenças e definições são suportados por princípios estruturais aceitos no sistema social (Rossoni, 2016).

À luz da Teoria da Legitimidade, os relatórios contábeis são considerados documentos sociais, políticos e econômicos (Silva, 2020). Guthrie e Parker (1989) relacionam a Teoria da Legitimidade com a noção de “contrato social”. Essa relação baseia-se na existência de uma espécie de contrato social entre a empresa e a comunidade, em que a empresa deve contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade de acordo com os valores compartilhados e, conseqüentemente, garantir sua sobrevivência (Guthrie & Parker, 1989; Raimo *et al.*, 2021). Assim, a sobrevivência de uma organização pode ser ameaçada pela violação de seu contrato social, por conta de situações particulares que ocorrem em determinado período, podendo levar uma organização a se tornar ilegítima diante da sociedade (Deegan, 2002).

Os últimos desenvolvimentos na indústria do futebol, a mercantilização do esporte, o foco excessivo na lucratividade e elementos como o uso de *doping*, vandalismo, racismo e manipulação de resultados causaram uma crise de legitimação dos clubes de futebol (Raimo *et al.*, 2021).

Os meios utilizados para atingir a legitimação da entidade junto à sociedade e ao governo podem trazer influências negativas para a simetria das informações divulgadas (Oliveira *et al.*, 2020). Os gestores representam um papel fundamental em perceber como a sociedade vê a organização. Caso não transmitam as informações necessárias para a sociedade observadora, por diversos motivos, como a não evidenciação das suas práticas, será considerada ilegítima (Lemos *et al.*, 2019). Além disso, se as ações não estiverem compatíveis com o contrato social, os gestores terão que implementar estratégias

corretivas, que precisarão ser divulgadas para que ocorra a efetiva mudança de percepção da sociedade (Deegan, 2002, p. 296).

Nesse sentido, os clubes de futebol podem utilizar a divulgação como ferramenta de legitimação perante a sociedade e, principalmente, diante dos seus *stakeholders* (Lemos *et al.*, 2019). Para Robert Edward Freeman (1984), pioneiro da Teoria dos *Stakeholders*, as empresas não devem atender apenas às necessidades dos acionistas, mas também considerar as necessidades dos demais interessados na atividade empresarial (Keinert, 2008, p. 3).

Segundo Holland (1998), o objetivo principal das atividades de divulgação é aumentar a compreensão sobre o desempenho da organização e entender sua perspectiva futura, podendo reverter quadros de percepções negativas observados pelos *stakeholders*. A implementação de práticas de RSC pode ser vista como parte integrante da estratégia de *marketing* e relações públicas da empresa (Sheth & Babiak, 2010).

Carroll (1991, p. 499) definiu RSC como um conjunto de ações que englobam as quatro responsabilidades das empresas perante a sociedade: econômica, legal, ética e filantrópica. Por meio desse conceito, uma empresa consegue superar as obrigações legais, gerando lucro com o propósito de beneficiar todas as partes envolvidas. RSC é a ideia de que uma organização devia olhar para além dos seus próprios interesses e dar uma contribuição para a sociedade.

Conforme Fischer (2002), há uma disparidade na implementação da RSC nas operações de uma empresa, sendo evidente a utilização de dois enfoques distintos: um deles envolve ações que beneficiam a própria empresa, gerando resultados para o público-alvo e, conseqüentemente, outro que se concentra exclusivamente nas ações desenvolvidas como parte das estratégias empresariais, visando melhorar o desempenho ou promover o desenvolvimento de produtos ou marcas específicos.

A adequada utilização de estratégias de legitimação pode ser importante e útil para evidenciar uma imagem positiva dos clubes (Silva, 2020). Nesse sentido, a adoção de práticas de RSC pode contribuir para a melhoria da imagem dos clubes, bem como aumentar a lealdade dos torcedores e atrair patrocínios de empresas comprometidas com questões sociais (Kolyperas *et al.*, 2015).

O foco extremo no desempenho esportivo leva à exclusão das questões de RSC, fazendo com que os clubes negligenciem seu papel fundamental na vida cotidiana dos cidadãos, especialmente na moldagem dos valores sociais das pessoas.

Segundo Smith e Westerbeek (2007), o esporte oferece uma variedade infinita de maneiras singulares de se conectar com a sociedade. Desde seu poder de comunicação até seu apelo junto aos jovens, a consciência de sustentabilidade e sua eficácia na obtenção de resultados, o esporte se destaca como uma área única na sociedade.

Slack e Shrives (2008) argumentam que, devido à profunda ligação do futebol com a comunidade, é plausível que seu papel e seu envolvimento sejam compartilhados com a sociedade, tornando o aumento na divulgação de relatórios uma maneira de evidenciar a contribuição social do esporte.

É possível realizar divulgações sociais por meio de diversos relatórios, que podem ser disponibilizados nos sites e nas redes sociais dos clubes. Isso amplia ainda mais a transparência em questões sociais, já que a internet possibilita a apresentação de um volume maior e ilimitado de informações que não podem ser divulgadas por meios convencionais (Holtz *et al.*, 2014).

É de caráter voluntário a divulgação de ações sociais na comunidade envolvendo prevenção à corrupção, racismo, violência no esporte/estádios, discriminação de gênero, práticas sustentáveis, ética e campanhas sobre saúde física e emocional (Holtz *et al.*, 2014).

Nesse contexto, a divulgação de informações pode ser dividida em obrigatória e voluntária. A divulgação obrigatória é aquela na qual a informação é disponibilizada para o cumprimento de normas e legislações. Já a divulgação voluntária pode ser definida como qualquer informação divulgada além da requerida compulsoriamente (Hassan *et al.*, 2006).

As práticas de responsabilidade social corporativa surgem como uma estratégia para promover percepções positivas na sociedade, visando à redução do ceticismo em relação às organizações (Pomering & Johnson, 2009). Adicionalmente, essas práticas também funcionam como uma justificativa para os apoios que os clubes desportivos recebem de órgãos públicos, incluindo subsídios financeiros e até mesmo apoio político (François & Bayle, 2015).

2.2 Características e evolução normativa aplicada aos clubes de futebol brasileiros

Baseando-se nas literaturas existentes, subentende-se que a origem do futebol sobreveio até mesmo antes de Cristo (Cunha, 2017). Nessa conjuntura, a popularidade do esporte provavelmente deve se dar pela forma simples de praticá-lo (Brandão, 2012).

Estudos apontam que, em 1894, Charles Miller foi o responsável pela iniciação do futebol no Brasil, e em 1902 foi promovido o primeiro campeonato de futebol em solo brasileiro (Brunoro, 1997). Em 1904 foi criada a FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), entidade máxima do futebol, organizadora de campeonatos mundiais, como a Copa do Mundo, a cada quatro anos (Mundo Educação, 2016). Em 1917, a FIFA reconheceu a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), e a partir daí o Brasil começou a participar de competições internacionais.

Segundo Mósca *et al.* (2009), durante o século passado, surgiram e desenvolveram-se clubes de grande popularidade, capazes de despertar paixões e desempenhar importante papel na economia. Nas últimas três décadas, houve a evolução do futebol no Brasil, de esporte amador a negócio de entretenimento e lazer, aumentando suas arrecadações, principalmente em virtude de maiores valores auferidos com premiações e transferências de atletas (Dima, 2015).

No Brasil, os clubes de futebol em sua maioria são entidades sem fins lucrativos; isso não significa a proibição de entrada de receitas na associação, e sim que a renda que for obtida derivada das atividades esportivas será utilizada para cumprimento dos objetivos previstos no estatuto daquela associação (Piva, Andrade Júnior & Marques, 2020b).

Para regularizar as atividades das entidades desportivas, foram sancionadas leis como a Lei nº 6.354, que em 1976 instituiu o passe no Brasil. As disposições definiam um modelo de vínculo contratual entre o atleta e o clube (Brasil, 1976).

Na década de 1990, os investimentos privados no segmento do esporte cresciam no cenário internacional; nesse sentido, foi necessário adequar a legislação brasileira a essa nova perspectiva (Silva *et al.*, 2009). A Lei nº 8.672/93 (Lei Zico) foi discutida para garantir uma aproximação da gestão dos clubes brasileiros ao modelo praticado na Europa. Essa lei não foi bem vista pelos dirigentes, dado que o enquadramento nessa nova definição excluiu uma série de vantagens fiscais que os clubes possuíam (Silva *et al.*, 2009).

Em razão da resistência dos dirigentes dos clubes em adotar a Lei Zico, foi sancionada a Lei nº 9.615/98, mais popularmente conhecida como Lei Pelé. Essa lei foi uma referência significativa para a modificação da estrutura dos clubes, por meio da eliminação da figura do passe dos atletas, provocando um impacto financeiro significativo nos clubes.

Em 2003, foi aprovada a Lei nº 10.672/03 (Lei de Moralização do Futebol), que modificou alguns dispositivos da Lei Pelé. Dentre os dispositivos modificados, constam o reconhecimento dos clubes como entidades sem fins lucrativos e a inclusão do princípio da transparência financeira e administrativa. Observando esse princípio, os clubes passaram a ser obrigados a desenvolver e a divulgar suas demonstrações financeiras de acordo com os preceitos da Lei nº 6.404/76 (Silva, Teixeira & Niyama, 2009). Os clubes, então, passaram a divulgar suas demonstrações contábeis auditadas como forma de garantir a fidedignidade das informações (Holanda *et al.*, 2015).

Devido à ausência de regulamentação contábil que levasse em consideração aspectos peculiares aos clubes, o CFC divulgou a Resolução nº 1.005 (2004), que aprovou a NBC T 10.13 sobre critérios específicos de registro e evidenciação contábil das entidades desportivas, buscando assim minimizar a dificuldade de comparação entre as demonstrações contábeis das diversas entidades atuantes nesse segmento (Bastos, Pereira, & Tostes, 2007; Silva *et al.*, 2009).

Em 25 de janeiro de 2013, o CFC editou a Resolução nº 1429, que aprovou a NBC — Interpretação Técnica Geral 2003, aplicável às entidades desportivas profissionais e não profissionais, revogando a norma anterior (NBC TG 10.13). A modificação de maior relevância em comparação à NBC T 10.13 refere-se à forma de reconhecimento de aquisição e formação de atletas, e à amortização dos contratos, que migraram do imobilizado para o intangível (Segal *et al.*, 2015).

Em 2017, foram modificados alguns dispositivos por meio da Revisão da ITG 2003 para adequação das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) às IFRS. A ITG 2003 (R1) estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais.

Em 2015, foi publicada a mais recente lei que trata das entidades profissionais de futebol. Trata-se da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (Lei nº 13.155, 2015), que, dentre outros aspectos, determina princípios e práticas de responsabilidade fiscal, financeira, de gestão e oferece a possibilidade de parcelamento de débitos fiscais com a União, cujo propósito é promover uma gestão transparente, democrática e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas profissionais de futebol.

Por fim, em 2021 foi promulgada a Lei nº 14.193/21, que permite que os clubes de futebol se adéquem a um modelo de gestão mais profissional por meio da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), possibilitando que se tornem empresas. A nova lei estabelece

normas para a constituição, a governança, o controle, a transparência e as formas de financiamento das SAFs, permitindo que elas recorram à recuperação judicial para negociar suas dívidas no Judiciário e emitam debêntures como forma de atrair investidores (Cocctrone, 2021). A legislação também prevê um regime tributário específico para os clubes, com tributação diferenciada em relação a associações civis sem fins lucrativos e empresas comuns (Capelo, 2021).

2.3 Evidenciação contábil e desempenho dos clubes

A informação contábil, quando apresenta qualidade, pode proporcionar queda nos custos de capital (Leuz & Verrecchia, 2000), diminuição da assimetria informacional entre a entidade e os investidores, e aumento da eficiência nas aplicações dos recursos (Biddle & Hilary, 2006).

A qualidade da informação é um atributo desejado em um ambiente econômico, disponibilizando informações úteis para a tomada de decisão, e está ligada diretamente aos objetivos da contabilidade de mensurar o conjunto de eventos econômicos e comunicar os resultados das entidades às partes interessadas, direcionada precipuamente ao público externo (Palepu *et al.*, 2013).

Ramos (2014) afirma que a evidenciação deve ser utilizada como uma das formas para análise da qualidade da informação contábil, pois é por meio da divulgação dos relatórios contábeis que as características qualitativas fundamentais e de melhoria são relevantes para a tomada de decisão.

Segundo Niyama e Gomes (1996), a evidenciação trata da qualidade das informações financeiras, que visam auxiliar no processo decisório e transmitir transparência aos usuários. Para Medeiros e Quinteiro (2005), a evidenciação se relaciona positivamente com as características qualitativas da informação contábil.

Biddle e Hilary (2006) afirmam que demonstrações contábeis com alta qualidade aumentam a eficiência nos investimentos, devido à sua capacidade de alterar o comportamento discricionário dos gestores.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), as informações contábeis precisam ser apresentadas de forma completa, tempestiva e representar fidedignamente o fenômeno que se propõem a representar. Entretanto, é por meio da divulgação e do reporte das informações que a contabilidade cumpre suas funções sociais (Choi, Frost & Meek, 1999).

A evidenciação é uma forma de compromisso inalienável, partindo da contabilidade e destinada a seus usuários. É o processo de divulgação de informações quantitativas e qualitativas de maneira ordenada, com o intuito de auxiliar na tomada de decisão e de possibilitar maior transparência acerca da gestão, utilizando-se de diversos instrumentos, tais como: forma e apresentação das demonstrações contábeis; informações entre parênteses; notas explicativas; relatório da administração; comentários do auditor e quadros demonstrativos suplementares (Iudícibus, 2021).

Um clube de futebol necessita de equilíbrio financeiro para ter capacidade de permanecer em operação e ser competitivo frente aos seus adversários (Espitia-Escuer & García-Cebrián, 2010; Freitas, Farias & Flach, 2017). Dessa forma, há necessidade da existência de informações que tornem possível uma tomada de decisão mais assertiva por parte dos investidores, por isso vale ressaltar a importância dos indicadores de avaliação de desempenho organizacional, que são instrumentos gerenciais amplamente abordados na contabilidade (Umbelino *et al.*, 2019).

No caso do desporto futebolístico, um índice de desempenho organizacional pode apontar a conduta exercida pelos dirigentes na gestão dos clubes e ser utilizado pelos *stakeholders* como ferramenta para o acompanhamento de controle da gestão (Silva & Carvalho, 2009).

Os clubes de futebol possuem dois objetivos principais: financeiro e esportivo (Guzmán, 2006). O desafio de equilibrar o sucesso financeiro-esportivo não é uma tarefa simples. É preciso ter uma gestão responsável e profissional, que atue de forma racional para alcançar esses objetivos (Ferreira *et al.*, 2018).

Contudo, há uma crescente pressão da sociedade por um maior comprometimento das empresas com temas de interesse público, o que tem sido abordado por meio de programas de RSC (Trendafiova, Ziakas & Sparvero, 2017).

Para McWilliams e Siegel (2011), RSC são ações para o bem social que vão além do cumprimento de leis, assumindo, assim, um caráter de voluntarismo. Para Davis (1960), algumas decisões socialmente responsáveis podem, no longo prazo e mediante um processo complexo, trazer ganhos econômicos para a empresa.

No que diz respeito ao futebol, é importante compreender a ligação entre os clubes e as comunidades (Ribeiro, 2015). A RSC, no contexto desportivo, tem um grande poder de distribuição de informação, capaz de promover e comunicar os seus programas para grandes audiências, facilitando a relação entre o clube e a comunidade (Smith & Westerbeek, 2007; Walters & Tacon, 2011).

Segundo Carrol (1991), a entidade deve contribuir para a melhoria das condições da sociedade em geral, engajando-se em projetos sociais comunitários de cunho educacional, cultural e esportivo.

O Estado deve encorajar a formação de uma estrutura econômica que explore os pilares da RSC, bem como a qualidade das informações reportadas aos usuários (Cândido, 2002).

A Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte surge da necessidade de se estabelecer práticas de responsabilidade fiscal, financeira e de gestão transparente das entidades desportivas de futebol brasileiro, uma vez que a União, como maior credora, notou que algo devia ser feito para atenuar os graves problemas financeiros dos clubes de futebol brasileiros (Silva, 2019).

A contabilidade tem capacidade de impactar as decisões dos *stakeholders*, sendo importante que a informação divulgada possua qualidade. Conforme Perera e Baydoun (2007), para cumprir essa finalidade, é fundamental que haja transparência, com a intenção de tentar impedir que ocorra a manipulação dos dados, proporcionando aos *stakeholders* uma visão do que está acontecendo na entidade.

Nesse contexto, a ITG 2003 (R1), por meio da evidenciação de itens compulsórios que melhoram a qualidade das demonstrações contábeis, pode ser utilizada como ferramenta de gestão para o conhecimento da situação patrimonial dessas instituições. Segundo Marques *et al.* (2017), o ano de 2013 foi identificado como o período em que todos os clubes apresentaram o melhor nível de evidenciação. Isso coincidiu com a entrada em vigor da Resolução CFC 1.429/2013.

Segundo Brizolla e Klann (2019), entidades que utilizam as práticas de RSC de caráter informacional, como benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados e à comunidade, apresentam sensível melhora na qualidade dos relatórios contábeis divulgados.

No estudo de Hedlund (2021), o engajamento das entidades com práticas sociais, de transparência e de qualidade da informação representa atributos que podem melhorar a qualidade das informações contábeis reportadas aos usuários.

Por outro lado, Assis *et al.* (2020) sugerem que os clubes de grande porte estão mais preocupados em cumprir as obrigações legais contábeis em vigor, o que pode ser explicado pela Teoria da Legitimidade, em que esses clubes buscam legitimação perante suas partes interessadas.

Segundo Raddatz *et al.* (2021), é possível concluir que clubes com maiores totais de ativos, com maiores montantes de receita e bem posicionados no *ranking* tendem a possuir um nível de divulgação voluntário de informações não financeiras superior aos demais clubes.

Diante dessas evidências, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1 — Uma maior evidenciação contábil dos clubes de futebol brasileiros está positivamente relacionada à adoção de práticas de RSC.

Ademais, o desempenho econômico-financeiro é uma medida importante para avaliar a situação econômica de uma empresa, pois reflete a performance no que se refere à geração de caixa (Oliveira *et al.*, 2017).

Os indicadores de desempenho esportivo estão ligados diretamente aos resultados obtidos pelos clubes de futebol na execução dos torneios, dentre os quais pode-se destacar a série nos campeonatos (Rezende & Dalmácio, 2015), a classificação ou a pontuação obtida nos campeonatos (Leite & Pinheiro, 2014; Mota Brandão & Ponte, 2016; Silva *et al.*, 2009).

Rezende e Custódio (2012) identificaram que alguns gestores não deram a importância necessária à adoção das práticas contábeis adequadas à promoção da transparência, da comparabilidade e da fidedignidade ao tratamento contábil. No entanto, clubes que possuem maior exposição midiática e um maior número de usuários interessados apresentam maior evidenciação e, conseqüentemente, melhor índice da qualidade da informação contábil (Prado *et al.*, 2019).

Piva *et al.* (2016) investigaram se o nível de transparência dos clubes de futebol brasileiros está correlacionado ao seu tamanho e aos desempenhos financeiro e esportivo. Os resultados demonstraram que o tamanho e a rentabilidade estão correlacionados positivamente ao nível de transparência e que existe correlação estatisticamente significativa e positiva entre o *disclosure* e o desempenho esportivo.

Segundo o estudo de Figueiredo *et al.* (2017), os resultados demonstraram que os clubes da Série A apresentaram melhorias constantes na evidenciação das informações, com um índice de 56,5% em 2011 e de 66,8% em 2015, o que representa um crescimento de 18,23%. Praticamente todos os clubes dessa série aperfeiçoaram suas políticas de

evidenciação a partir do ano de 2013, com a emissão da ITG 2003 do Conselho Federal de Contabilidade.

Prado *et al.* (2019) esperavam que as características dos clubes de futebol pudessem explicar o nível heterogêneo de evidenciação das informações contábeis desses clubes, com base na Teoria da Divulgação. No entanto, o resultado sugere que as características dos clubes podem estar relacionadas ao nível de *disclosure* contábil.

Com o objetivo de investigar se a série na qual os clubes disputam possui relação positiva com a evidenciação contábil em virtude de sua posição no Campeonato Brasileiro, Piva *et al.* (2020a) constataram que a série dos clubes não se mostrou significativa, tornando impossível afirmar os resultados obtidos por Figueiredo *et al.* (2017).

As evidências reforçam que a aprovação da ITG 2003 (R1) aplicada aos clubes de futebol está relacionada positivamente ao nível de evidenciação em entidades desportivas (Assis *et al.*, 2020). Contudo, apesar de apresentar uma melhoria no nível de evidenciação dos clubes de futebol, a maioria dos times da Série B, mesmo após a aprovação da ITG 2003, não divulgam os requisitos mínimos obrigatórios (Figueiredo *et al.*, 2017).

A partir da análise do nível de evidenciação contábil dos clubes de futebol brasileiro, constatou-se que em média são atendidas apenas 53% das exigências da norma, o que demonstra que os clubes ainda não têm se atentado de forma ampla ao cumprimento dela (Piva *et al.*, 2020a).

Diante dessas evidências, analisou-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H2 — Uma maior evidenciação contábil dos clubes de futebol brasileiros está positivamente relacionada ao seu desempenho econômico-financeiro.

H3 — Uma maior evidenciação contábil dos clubes de futebol brasileiros está positivamente relacionada ao seu desempenho esportivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação, amostra e coleta de dados

Este estudo é caracterizado como descritivo, de abordagem quantitativa e utiliza dados secundários, sendo a pesquisa documental o principal procedimento utilizado. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar a relação entre a evidenciação contábil e os desempenhos econômico-financeiro e esportivo, e a adoção de práticas de RSC dos clubes de futebol brasileiros no intervalo de tempo compreendido entre os anos de 2018 e 2022. A escolha desse período se deve à atualização da ITG 2003 (R1), que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018.

A amostra foi selecionada por conveniência, considerada uma amostra não probabilística e não aleatória. A escolha dos elementos que a compõem foi baseada na acessibilidade, sendo selecionados os clubes que disponibilizaram informações para participar da pesquisa (Freitag, 2018). Como critério de seleção, estabeleceu-se a amostra optando pelos clubes que disputaram as séries A e B no ano de 2021 do Campeonato Brasileiro, totalizando a população da pesquisa em 40 times brasileiros. A escolha é justificada pelo fato de a Série A ser a competição mais importante de nível nacional, e a Série B decorrer da possibilidade de comparação, pois apresentam a mesma estrutura de participação, com 20 clubes e 38 jogos (Figueiredo *et al.*, 2017). Dezesete dos 40 clubes foram excluídos da amostra por apresentarem menos de três demonstrações compulsórias no período em análise. Dessa forma, a amostra final foi composta de 23 clubes, totalizando 111 observações para análise estatística.

Quadro 1 — Clubes que integram a amostra

Série A	Série B
Athletico Paranaense - PR	Avaí - SC
Atlético Goianiense - GO	Botafogo - RJ
Atlético Mineiro - MG	CSA - AL**
Bahia - BA*	Goiás - GO
Ceará - CE	Guarani - SP
Chapecoense - SC	Operário - PR*
Corinthians - SP	Vasco da Gama - RJ
Flamengo - RJ	Vitória - BA
Fluminense - RJ	
Fortaleza - CE	
Grêmio - RS	
Internacional - RS	
Palmeiras - SP	
Santos - SP	

São Paulo – SP	
----------------	--

*DCs não encontradas em seu site para o ano de 2022.

**DCs não encontradas em seu site para o ano de 2021 e 2022.

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados foram coletados das demonstrações contábeis, das informações com finalidades sociais e da pontuação obtida sobre o desempenho esportivo nas séries A e B, disponibilizadas nos *websites* e nas redes sociais dos clubes pesquisados.

3.2 Técnicas de análise de dados

No presente estudo, optou-se pela utilização da regressão Tobit para analisar todas as hipóteses. A escolha desse modelo decorreu do comportamento da variável dependente, que é o índice de evidenciação contábil dos clubes de futebol. A variável IEC é representada por um índice que varia entre 0 e 1 (100%) de maneira censurada, abrangendo um período de cinco anos (2018-2022), com cada ano representando uma *cross-section* inicialmente composta de quarenta clubes.

Nesse contexto, as regressões através de Mínimos Quadrados Ordinários — *Ordinary Least Squares* (MQO ou OLS, em inglês) poderiam apresentar viés nos resultados, parâmetros inconsistentes e problemas de endogeneidade (por variável omitida, simultaneidade e erros de medição). Diante dessas limitações, escolheu-se a abordagem da máxima verossimilhança, utilizando o método de estimação do modelo Tobit, conforme descrito por Gujarati (2009). Adicionalmente, foram realizados testes estatísticos para avaliar a violação dos pressupostos básicos, visando assegurar a qualidade dos modelos.

3.3 Modelos e variáveis

3.3.1 Operacionalização das variáveis explicadas e explicativas

O Índice de Evidenciação Contábil (IEC) foi elaborado por meio de um *checklist* com resposta binária, atribuindo-se 1 para itens evidenciados e 0 para os não evidenciados. Os requisitos foram calculados a partir das informações coletadas nas demonstrações contábeis dos clubes selecionados.

A operacionalização dessa variável foi realizada por meio da soma dos itens atendidos em relação ao total de itens aplicáveis. É importante ressaltar que, de acordo com a Resolução do CFC nº 1.429/2013, alguns itens podem não se aplicar a determinados clubes, portanto sua ausência não significa necessariamente que o clube não atendeu à resolução (Piva *et al.*, 2020).

Baseado na Resolução do CFC nº 1.429/2013, o *checklist* elaborado para a coleta de dados contempla 26 requisitos relacionados às métricas da ITG 2003 (R1).

Os itens selecionados para elaboração do *checklist* do IEC estão apresentados no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 — Checklist métricas da ITG 2003 (R1)

Resolução do CFC nº 1.429/2013 (ITG 2003 (R1))
Registros contábeis
1. Os registros contábeis da atividade desportiva profissional devem ser segregados das demais atividades, em contas patrimoniais e de resultado (receitas, custos e despesas).
2. Compõem o ativo intangível da entidade desportiva os valores gastos diretamente relacionados com a formação, a aquisição e a renovação de contratos com atletas, inclusive luvas, valor da cláusula compensatória e comissões, desde que sejam esperados benefícios econômicos atribuíveis a esse ativo, e os custos correspondentes possam ser mensurados com confiabilidade;
3. Os valores gastos com a formação de atletas que não estejam diretamente relacionados à sua formação devem ser registrados como despesa.
4. Os gastos com candidato a atleta devem ser reconhecidos no resultado, enquanto não apresentar as condições para o reconhecimento como ativo intangível.
5. Os valores classificados no ativo intangível relativos aos custos com a formação de atletas devem ser reclassificados para a conta atletas formados, no mesmo grupo do intangível, quando o atleta alcançar a formação pretendida pela administração.
6. Os direitos contratuais sobre atletas registrados no ativo intangível devem ser amortizados de acordo com o prazo do contrato.
7. No mínimo uma vez por ano, preferencialmente por ocasião do encerramento do exercício social, deve ser avaliada a possibilidade de recuperação econômico-financeira do valor líquido contábil dos direitos contratuais de cada atleta. Constatada que tal recuperação, total ou parcial, não se realizará, deve ser reconhecida a perda no resultado pelo valor não recuperável, suportada por documentação própria.
8. Os valores referentes à cláusula indenizatória e/ou compensatória recebidos ou a receber pela liberação do atleta devem ser registrados em conta específica de receita do período.
9. As receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luva e outras assemelhadas devem ser registradas em contas específicas de acordo com o princípio da competência.
10. No caso de contrato de cessão onerosa de direitos de transmissão e exibição de jogos com previsão de recebimento de parte do valor do contrato a título de luva, prêmio ou outra denominação congênere, mesmo que seja sem qualquer obrigação de performance explícita, o contrato deve ser analisado como um todo, e a receita deve ser reconhecida de acordo com o regime da competência, nos termos dos itens B48 a B51 da NBC TG 47 — Receita de Contrato com Cliente.
11. A arrecadação de bilheteria (parte destinada à entidade), de direitos de transmissão e de imagem, de patrocínio, de publicidade, de luvas e de outras assemelhadas, quando recebida antecipadamente, deve ser registrada no passivo circulante, ou no passivo não circulante, dependendo do prazo de realização da receita.
12. Os valores pagos ao atleta a título de antecipação, contratual ou não, devem ser registrados no ativo, em contas específicas, e apropriados ao resultado pelo regime de competência.
13. A utilização de atleta mediante cessão temporária de direitos profissionais deve ter os seus gastos registrados no resultado pela entidade responsável pelo desembolso e em receita pela entidade cedente quando aplicável, em função da fluência do prazo do contrato de cessão temporária, aplicando-se o regime de competência.

14. As receitas obtidas pela entidade pela cessão definitiva de direitos profissionais sobre atletas devem ser registradas em conta específica, como receita do período. Os custos ainda não amortizados, quando da cessão definitiva, devem ser registrados, em conta específica, no resultado do período.
Controles de gastos com formação de atletas
O registro dos gastos com a formação de cada atleta, estabelecido no item 4, deve estar suportado, no mínimo, pelos seguintes controles: composição dos gastos diretamente relacionados com a formação de cada atleta em base mensal e regime de competência por:
15. Tipo (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, comissão técnica, etc.); e
16. Categoria (infantil, juvenil, júnior).
17. Os gastos com formação de atleta somente podem ser reconhecidos como ativo intangível a partir do momento em que o candidato a atleta apresentar viabilidade técnica de se tornar atleta profissional, de acordo com a NBC TG 04 – Ativo Intangível, especialmente os itens 13 e 54 a 64.
Demonstrações contábeis
18. As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela entidade desportiva são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.
As notas explicativas, além das exigidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, devem conter as seguintes informações:
19. Gastos com a formação de atletas registrados no ativo intangível e o valor amortizado constante do resultado do período;
20. Composição dos direitos sobre os atletas registrada no ativo intangível, segregado o valor do gasto e da amortização;
21. Receitas auferidas por atividade;
22. O total de atletas vinculados à entidade na data-base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual ou por categoria ou a inexistência de direito econômico;
23. Valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras;
24. Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva;
25. Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas, de acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e
26. Seguros contratados para os atletas profissionais e para os demais ativos da entidade.

Fonte: Adaptado de CFC (2017).

O Índice de Evidenciação Contábil (IEC) é calculada por meio da equação:

$$IEC = \frac{\text{Quantidade de itens evidenciados}}{\text{Quantidade total de itens aplicáveis}}$$

Onde: o IEC_{it} representa o Índice de Evidenciação Contábil da entidade desportiva i no período t .

Segundo Gabriel (2011), quanto maior o índice de evidenciação, maior a qualidade da informação contábil.

No que se refere às características dos clubes de futebol brasileiros, serão objeto de análise o desempenho econômico-financeiro, o desempenho esportivo e a adoção de práticas de RSC.

Para mensurar o desempenho econômico-financeiro, serão objeto de análise a rentabilidade, o endividamento geral e a geração de caixa (Piva *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2017; Prado, 2019; Piva *et al.*, 2020a). Tais informações foram coletadas nas demonstrações contábeis dos clubes selecionados. As demonstrações contábeis utilizadas foram o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

A rentabilidade (ROA) foi calculada pela divisão entre o lucro operacional e o ativo total a partir dos dados econômico-financeiros. A escolha do índice foi motivada pelo fato de que entidades de grande porte tendem a ser submetidas a uma análise mais rigorosa por parte de seus *stakeholders*, o que pode resultar em uma maior demanda por evidenciação (Piva *et al.*, 2020a; Silva *et al.*, 2017).

A rentabilidade foi calculada da seguinte forma:

$$ROA = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo Total}}$$

Já o endividamento geral (EG) foi calculado por meio da soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividida pelo ativo total (Holanda, 2015). Alves, Behr e Raimundini (2012) enfatizam a importância de uma gestão transparente nos clubes de futebol, a fim de prevenir problemas relacionados a endividamento excessivo, falta de controle financeiro e práticas inadequadas. Quanto à escolha do índice, Prado (2019) argumenta que entidades com maior nível de endividamento podem apresentar maior nível de evidenciação, visando reduzir o risco percebido.

O endividamento geral foi calculado da seguinte forma:

$$EG = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$$

A geração de caixa foi calculada pela divisão entre fluxo de caixa operacional e o total de receitas líquidas (Piva *et al.*, 2020a). Quanto à escolha do índice, Piva *et al.* (2020a) argumentam que muitos clubes apresentam problemas financeiros e um fluxo de caixa operacional negativo.

A geração de caixa foi calculada da seguinte forma:

$$GC = \frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional}}{\text{Total de Receitas Líquidas}}$$

Para mensurar o desempenho esportivo, foram selecionados indicadores baseados na literatura e na realidade dos clubes de futebol brasileiros, tais como *ranking*, série, acesso e rebaixamento .

Para a variável *ranking*, foi utilizada a pontuação final de cada ano, conforme indicado na tabela da CBF, obtida no Campeonato Brasileiro das séries A e B (Prado *et al.*, 2019). A escolha da variável tem como objetivo verificar se a posição decorrente da pontuação dos campeonatos pode influenciar no nível de evidenciação. Espera-se uma relação positiva, conforme os achados de Silva, Teixeira e Niyama (2009), indicando que quanto maior a pontuação acumulada no campeonato, melhor o índice de evidenciação contábil.

Para a variável série, foi elaborada uma variável *dummy* (1 para times na Série A e 0 para os da B) (Piva *et al.*, 2020a). A escolha da variável tem como objetivo verificar se os clubes da Série A apresentam maior nível de evidenciação contábil em relação aos clubes que disputam a Série B. Espera-se uma relação positiva, conforme os achados de Figueiredo, Santos e Cunha (2017), indicando que clubes da Série A apresentam um melhor Índice de Evidenciação Contábil.

Para a variável acesso, foi elaborada uma variável *dummy* (1 para aqueles que subiram e 0 para os demais) (Dantas *et al.*, 2015; Ruta *et al.*, 2019; Minatto e Borba, 2020). A escolha da variável tem como objetivo verificar se os clubes que mudaram de série durante o campeonato apresentam maior qualidade nos relatórios contábeis por apresentarem um desempenho esportivo positivo.

Para a variável rebaixamento (REB), foi elaborada uma variável *dummy* (1 para rebaixamento e 0 para os demais) (Dantas *et al.*, 2015; Ruta *et al.*, 2019; Minatto & Borba, 2020). A escolha da variável tem como objetivo verificar se clubes rebaixados durante o campeonato apresentam menor qualidade nos relatórios contábeis.

Para mensurar a RSC, foram selecionados itens baseados em estudos anteriores e no contexto nacional dos clubes de futebol, como ações sociais, rede sociais, futebol feminino e incentivo a outros esportes.

Para divulgação de ações sociais que promovem saúde, meio ambiente, educação, caridade e cidadania, a variável ações sociais (SOC) utilizou-se de uma variável *dummy* (1 para divulgação de ações sociais e 0 para não divulgação) (Ribeiro, 2015). O item selecionado tem como objetivo verificar se clubes que procuram legitimidade por meio de ações sociais na comunidade apresentam maior qualidade nos relatórios contábeis.

Para redes sociais (REDE), foi utilizado o logaritmo natural do número de seguidores das principais redes sociais (Raimo *et al.*, 2021). O item selecionado tem como objetivo verificar se clubes com maior número de seguidores, devido a uma maior exposição midiática e ao uso da imagem para legitimação, apresentam um sinal positivo em relação à evidenciação das demonstrações compulsórias.

Para futebol feminino (FEM), foi elaborada uma variável *dummy* (1 para os clubes com equipes femininas e 0 para a ausência de equipes) e observado o incentivo a outros esportes (INC), o que levou à criação de uma variável *dummy* (1 para adesão à Lei nº 11.438/06 e 0 para a não adesão). Desde 2019, clubes de futebol feminino são uma exigência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para os clubes participantes da Série A do Campeonato Brasileiro (CBF, 2019). A adesão à Lei nº 11.438/06 promove incentivos fiscais, como dedução do imposto de renda. Os itens selecionados são indicadores sociais importantes, e o presente estudo tem como objetivo verificar se clubes que investem no futebol feminino e em outros esportes apresentam maior evidenciação, consequentemente, maior qualidade das informações contábeis.

Quadro 3 — Variáveis explicativas — Desempenho dos clubes de futebol

Desempenho	Variável	Proxy	Sinal Esperado	Estudos que pautaram a escolha da variável
Econômico-Financeiro	Rentabilidade (ROA)	Lucro Operacional / Ativo Total	+	Piva <i>et al.</i> (2020a); Benin <i>et al.</i> (2016); Silva (2017)
	Endividamento Geral (EG)	Passivo / Ativo Total	+/-	Holanda (2015); Benin <i>et al.</i> (2016); Silva (2017)
	Geração de Caixa (GC)	Fluxo de Caixa Operacional/ Total de Receitas Líquidas	+/-	Rezende <i>et al.</i> (2010); Piva (2020a)
Esportivo	<i>Ranking</i>	Pontuação do clube no <i>ranking</i> das séries A e B	+	Silva, Teixeira & Niyama (2009)
	Série	Times nas séries A e B	+	Figueiredo <i>et al.</i> (2017); Piva <i>et al.</i> (2020a)
	Acesso	Clubes que subiram de série no Campeonato Brasileiro	+	Ruta <i>et al.</i> (2019); Minatto & Borba (2020)
	Rebaixamento (REB)	Clubes que foram rebaixados das séries A e B do Campeonato Brasileiro	-	Dantas <i>et al.</i> (2015); Ruta <i>et al.</i> (2019); Minatto & Borba (2020)

RSC	Ações Sociais (SOC)	Divulgação de ações sociais para promoção de saúde, meio ambiente, educação, caridade e cidadania.	+/-	Não utilizado em pesquisas anteriores em relação ao IEC.
	Rede Social (REDE)	Número de seguidores no Instagram, Facebook e Youtube	+/-	Não utilizado em pesquisas anteriores em relação ao IEC.
	Futebol feminino (FEM)	Clubes com equipes femininas	+/-	Não utilizado em pesquisas anteriores em relação ao IEC.
	Incentivo a outros esportes (INC)	Adesão à Lei nº 11.438/06	+/-	Não utilizado em pesquisas anteriores em relação ao IEC.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3.2 Operacionalização das variáveis de controle dos modelos

As variáveis de controle foram selecionadas com o objetivo de mitigar os incentivos e as restrições que afetam a variável dependente, como o ano eleitoral (Ferreira *et al.*, 2018), a auditoria nos clubes de futebol brasileiros (Silva *et al.*, 2017) e a adesão ao Profut (Umbelino *et al.*, 2019). Para isso, foram considerados estudos anteriores que abordaram o desempenho financeiro e esportivo.

O ano eleitoral é uma variável *dummy* de controle. Para os anos que o clube passou por eleições presidenciais, será atribuído 1, e para os demais anos, será atribuído 0.

O período de eleição pode impactar a gestão atual do clube. Decisões com o objetivo reeleição ou a eleição pode influenciar a contratação de jogadores e a pressão política para melhor desempenho em campo (Ferreira *et al.*, 2018). Dessa forma, esse fator externo deve ser controlado no estudo, com o objetivo de verificar o impacto, ou não, nos demais indicadores utilizados.

A apresentação do relatório da auditoria independente é uma variável *dummy* de controle. Para os clubes que apresentam o relatório, será atribuído 1, e para os que não apresentam, será atribuído 0. Se apresentou o parecer de auditoria com ressalva, também será atribuído 0 (Figueiredo *et al.*, 2017).

Alguns estudos notaram que a realização de auditoria assegura que as demonstrações contábeis divulgadas foram preparadas em conformidade aos princípios de contabilidade, o que pode assegurar maior qualidade das informações contábeis

reportadas (Cardozo (1989); Almeida & Almeida (2009); Puyveld *et al.*, (2012); Moreira *et al.*, (2013)).

Figueiredo *et al.* (2017) notaram que a maioria dos clubes publica suas demonstrações contábeis obrigatórias; contudo, muitas dessas publicações são precedidas por parecer de auditoria com ressalvas devido à inobservância de algumas normas contábeis, o que compromete a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os clubes e a qualidade da informação divulgada.

Silva *et al.* (2017) notaram que a maior incidência de relatório de auditoria sem ressalva pertence aos clubes da Série A e que o desempenho econômico-financeiro tem relação no tipo de relatório de auditoria contábil. Dessa forma, essa divulgação deve ser controlada no estudo, com o objetivo de verificar o impacto, ou não, nos demais indicadores utilizados.

O Profut é uma variável *dummy* de controle; para os clubes que fizeram a adesão ao programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro, será atribuído 1, e para os demais, será atribuído 0.

A adesão ao Profut pelos clubes caracteriza-se como assistência governamental e possibilita o parcelamento de débitos fiscais com redução de multas, juros e encargos legais (Umbelino *et al.*, 2019).

No estudo de Marotz, Marquezan e Diehl (2020), os resultados revelam relações favoráveis do investimento na formação e na contratação de atletas sobre o desempenho esportivo e financeiro após adesão ao Profut.

Para Umbelino *et al.* (2019), o Profut é uma possibilidade de melhorar a gestão dos clubes de futebol, tendo implicações diretas em seus desempenhos esportivos e financeiros. Dessa forma, a adesão ao Profut deve ser controlada no estudo, com o objetivo de verificar o impacto, ou não, nos demais indicadores utilizados.

Quadro 4 — Variáveis explicativas — Variáveis de controle

Sigla	Variável	Proxy	Sinal Esperado	Estudos que pautaram a escolha da variável
(CONTR)	Ano eleitoral (ELE)	Anos em que ocorreram eleições para presidentes nos clubes de futebol	+	Ferreira (2017)
	Auditoria externa (AUD)	Divulgação dos relatórios de auditoria nos	+	Figueiredo <i>et al.</i> (2017); Silva <i>et al.</i> (2017)

		websites dos clubes		
	PROFUT	Adesão dos clubes ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro	+	Umbelino <i>et al.</i> (2019)

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3.3 Modelos estatísticos das hipóteses

A primeira hipótese do estudo (H1) tem o objetivo de verificar se existe relação positiva entre a evidenciação contábil e a divulgação de práticas de RSC fornecida pelos clubes de futebol. Sendo assim, *IEC* é a variável dependente (explicada), e as variáveis explicativas do modelo (1) são: *SOC* é a divulgação de ações sociais, *REDE* é o número de seguidores no Instagram (Raimo *et al.*, 2021), *FEM* são clubes com equipes femininas, *INC* é incentivo a outros esportes. E as variáveis de controle são: *AE*, ano eleitoral (Ferreira *et al.*, 2018), *AUD*, auditoria nos clubes de futebol brasileiro (Silva *et al.*, 2017) e *Profut* (Umbelino *et al.*, 2019).

$$IEC_{it} = \alpha + \beta_1 SOC_{it} + \beta_2 REDE_{it} + \beta_3 FEM_{it} + \beta_4 INC_{it} + \beta_{5,6,7} CONTR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

A segunda hipótese do estudo (H2) tem o objetivo de verificar se existe relação positiva entre a evidenciação contábil e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol. Sendo assim, o modelo (2) foi desenhado para respondê-la, de modo que a reapresentação *IEC* é a variável dependente (explicada). As variáveis explicativas do modelo (2) é a rentabilidade (*ROA*), que representa o desempenho financeiro (Ferreira *et al.*, 2018), o endividamento geral (*EG*) (Holanda, 2015; Benin *et al.*, 2016) e a Geração de Caixa (*GC*) (Piva, 2017). E as variáveis de controle são ano eleitoral (*AE*) (Ferreira *et al.*, 2018), auditoria nos clubes de futebol brasileiro (*AUD*) (Silva *et al.*, 2017) e *Profut* (Umbelino *et al.*, 2019).

$$IEC_{it} = \alpha + \beta_1 ROA_{it} + \beta_2 END_{it} + \beta_3 GC_{it} + \beta_{4,5,6} CONTR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

A terceira hipótese do estudo (H3) tem o objetivo de verificar se existe relação positiva entre a evidenciação contábil e o desempenho esportivo dos clubes de futebol. Sendo assim, *IEC* é a variável dependente, e as variáveis explicativas do modelo (3) são *ranking* (Ferreira *et al.*, 2018), *série* (Piva *et al.*, 2020a), *acesso e reb*, em referência aos times que subiram ou foram rebaixados de divisão (Ruta *et al.*, 2019; Minatto & Borba, 2020). E as variáveis de controle são *ano eleitoral (AE)* (Ferreira *et al.*, 2018), *auditoria nos clubes de futebol brasileiro (AUD)* (Silva *et al.*, 2017) e *Profut* (Umbelino *et al.*, 2019).

$$IEC_{it} = \alpha + \beta_1 RANKING_{it} + \beta_2 SERIE_{it} + \beta_3 ACESSO_{it} + \beta_4 REB_{it} + \beta_{5,6,7} CONTR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva

Neste capítulo, apresentam-se os resultados da estatística descritiva e dos modelos regressivos para análise das hipóteses desta pesquisa.

A tabela 1 apresenta a estatística descritiva dos clubes, o período investigado é de 2018 a 2022.

Tabela 1 – Estatística descritiva dos clubes

Clube	Série	Desvio		Mínimo	P25	P50	P75	Máximo
		Média -	Padrão-					
		IEC	IEC					
Athl, Paranaense	A	0,89	0,03	0,85	0,85	0,92	0,92	0,92
Atlé. Goianiense	A	0,31	0,14	0,19	0,19	0,23	0,46	0,46
Atlét. Mineiro	A	0,48	0,07	0,42	0,42	0,42	0,54	0,58
Bahia	A	0,81	0,04	0,78	0,78	0,78	0,81	0,85
Ceará	A	0,51	0,017	0,69	0,69	0,69	0,72	0,76
Chapecoense	A	0,71	0,03	0,69	0,69	0,69	0,72	0,76
Corinthians	A	0,96	1,24	0,9	0,9	0,92	0,96	0,96
Flamengo	A	0,96	1,24	0,9	0,9	0,92	0,96	0,96
Fluminense	A	0,85	0,01	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85
Fortaleza	A	0,85	0,01	0,8	0,8	0,85	0,85	0,85
Grêmio	A	0,54	0,01	0,5	0,5	0,54	0,54	0,54
Internacional	A	0,88	0,03	0,85	0,85	0,85	0,92	0,92
Palmeiras	A	1	0	1	1	1	1	1
Santos	A	0,88	1,24	0,8	0,8	0,88	0,88	0,88
São Paulo	A	0,96	0	0,9	0,92	0,96	0,96	0,96
Avaí	B	0,46	0,1	0,31	0,46	0,46	0,46	0,61
Botafogo	B	0,96	0	0,9	0,9	0,92	0,96	0,96
CSA	B	0,38	0,13	0,31	0,31	0,31	0,54	0,54
Goiás	B	0,27	0,01	0,27	0,27	0,27	0,27	0,31
Guarani	B	0,31	0,02	0,27	0,3	0,32	0,32	0,32
Operário	B	0,04	0	0,04	0,4	0,4	0,4	0,4
Vasco da Gama	B	0,88	0,01	0,88	0,8	0,86	0,88	0,88
Vitória	B	0,85	0,05	0,8	0,82	0,82	0,88	0,88

Fonte: Resultados da pesquisa.

A partir das informações apresentadas na Tabela 1, no que se refere aos clubes com melhores pontuações de IEC, destacam-se quatro agremiações da série A, com média maior que 0,9, são elas: Corinthians, Flamengo, São Paulo e Palmeiras. Na série B, existem clubes que apresentam média maior de 0,8, são eles: Botafogo, Vasco da Gama e Vitória.

Quanto aos clubes que apresentaram os piores índices de evidenciação contábil, observa-se através da tabela, que dentre as agremiações que obtiveram média menor de 0,5, destacam-se: Atlético Goianiense, Atlético Mineiro, Avaí, Goiás, Guarani e Operário. De forma análoga, de acordo com a Tabela 1, observa-se que os clubes que compõem a série A se destacam com as maiores pontuações, apontando maior nível de IEC. Com base nos dados, o Palmeiras atingiu o nível de 100% de evidenciação contábil, uma constatação importante, tendo em vista que o clube foi campeão da série A no ano de 2020.

Em relação as demonstrações obrigatórias divulgadas pelos clubes de futebol investigados, 100% dos clubes apresentaram o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, 71.25% dos clubes apresentaram Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores independentes (Lei nº 10.672/2003), 52% dos clubes apresentaram a Demonstração das Mutações do P. Líquido e a Demonstração do Resultado Abrangente do Período.

Se tratando da divulgação das informações sociais, 99% dos clubes divulgaram ações sociais nos últimos anos, porém, menos de 40% dos clubes divulgaram ações relacionadas ao meio ambiente. O Flamengo é o único clube que apresenta aba exclusiva de RSC em seu website, com divulgações dessas ações. Ao examinar as iniciativas de preservação ambiental dos clubes da Série A, observou-se que o único time que apresenta relatórios ambientais é o Corinthians (Relatório de RSC e Sustentabilidade). Este documento detalha de forma minuciosa as ações empreendidas em prol da sociedade e do meio ambiente. Os resultados apontam que 34% dos clubes não divulgam investimentos ou jogos das agremiações femininas e 43% não incentiva outros esportes.

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva para as variáveis dos três modelos elaborados para responder às hipóteses. Cumpre ressaltar que, os clubes CSA, Bahia e Operário não divulgaram suas demonstrações contábeis referentes ao ano de 2022 dentro do prazo estabelecido pela legislação, as quais devem ser divulgadas até abril de 2023. O período investigado é de 2018 a 2022, resultando em 111 observações.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Média	Desvio-padrão	Mínimo	P25	P50	P75	Máximo
IEC	0,69	0,27	0,04	0,46	0,85	0,92	1
ROA	-0,0005	0,61	-2,33	-0,10	0,01	0,12	2,88
EG	1,89	2,16	-3,32	0,83	1,11	2,42	11,58
GC	0,45	1,85	-1,51	0,05	0,15	0,28	17,81
SOC*	0,90	0,30	0	1	1	1	1
REDE*	14,97	1,47	11,25	14,13	15,12	15,98	17,76
FEM*	0,79	0,40	0	1	1	1	1
INC*	0,67	0,47	0	0	1	1	1
Ranking	54,27	13,49	15	46	54	64	90
Série	0,66	0,47	0	0	1	1	1
Ace	0,11	0,32	0	0	0	0	1
Reb	0,14	0,35	0	0	0	0	1
AUD	0,43	0,49	0	0	0	1	1
PROFUT	0,72	0,44	0	0	1	1	1
ELE	0,29	0,45	0	0	0	1	1

Fonte: Resultados da pesquisa. **IEC**: Índice de Evidenciação Contábil; **ROA**: Rentabilidade; **EG**: Endividamento Geral; **GC**: Geração de Caixa; **SOC**: Ações Sociais; **REDE**: Seguidores no Instagram; **FEM**: Futebol feminino; **INC**: Incentivo a outros esportes; **RANKING**: Pontuação total nos campeonatos; **SÉRIE**: Série disputada pelo clube; **ACE**: Clubes que subiram de série; **REB**: Clubes rebaixados; **AUD**: Relatórios do auditor; **PROFUT**: Adesão ao parcelamento; **ELE**: Ano eleitoral.

Ao analisar a base de dados dos modelos por meio da estatística descritiva, é possível obter algumas informações importantes sobre a amostra (Tabela 1). A variável dependente, que é o Índice de Evidenciação Contábil (IEC), tem uma média de 0,69, o que indica que os clubes ampliaram o cumprimento da norma, que é obrigatória às entidades desportivas. Isso é reforçado pelos percentis, que mostram um indicador de 0,85 a partir da mediana, contemplando clubes que atenderam completamente aos requisitos, atingindo indicador 1, diferentemente do que foi revelado pelo estudo de Piva *et al.* (2020a), no qual foi constatado o cumprimento médio de apenas 53% das exigências da norma. O presente resultado evidencia uma maior aderência dos clubes à NBC ITG 2003 (R1) em comparação com os achados de estudos anteriores (Figueiredo, Santos & Cunha, 2017; Mota, Brandão & Ponte, 2016; Galvão & Miranda, 2016).

Quanto às variáveis de desempenho econômico-financeiro, observa-se que o ROA apresentou uma rentabilidade média negativa, indicando que os clubes apresentam

prejuízos no período avaliado; por outro lado, os clubes, em média, são altamente endividados. O resultado do presente estudo apresenta uma média de 1,89, com um grau de alavancagem significativamente alto, revelando um aumento em relação à média endividamento de 1,5 identificada no estudo de Ferreira *et al.* (2020). Enquanto isso, a Geração de Caixa (GC) apresenta um valor médio com alta variabilidade, sugerindo que os clubes podem estar gerando muito caixa ou enfrentando déficits.

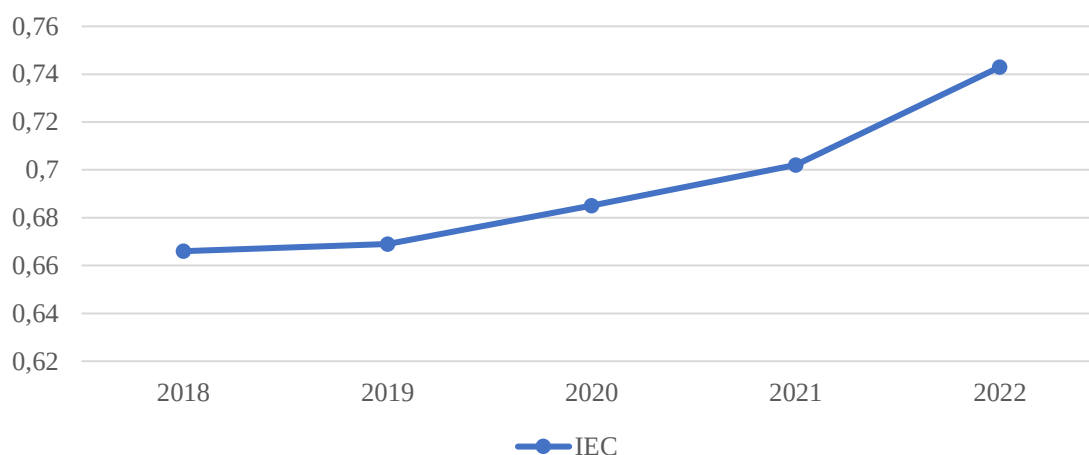
Essa observação em relação à geração de caixa pode ter como possível causa o fato de muitos clubes demonstrarem problemas financeiros e evidenciarem um fluxo de caixa operacional negativo no período da análise (Rezende, Dalmácio & Salgado, 2010). O mesmo padrão foi identificado nas variáveis de endividamento (EG) e rentabilidade (ROA), e essas tendências podem ser explicadas pelos problemas financeiros que a maioria dos clubes de futebol enfrenta atualmente.

No que tange à responsabilidade social corporativa e às variáveis ações sociais (SOC), futebol feminino (FEM) e rede social (REDE), os percentis indicam que boa parte dos clubes atendem aos quesitos analisados. Os resultados demonstram que a maioria dos clubes de forma voluntária divulgam ações de RSC, uma ferramenta capaz de permitir a construção ou a reparação da legitimidade (Raimo *et al.*, 2021).

Em relação às variáveis de controles, os resultados apresentam uma média de 0,43 de AUD, sinalizando que a maioria dos clubes não divulga seus relatórios de auditoria ou os apresenta com ressalvas. A média de 0,72 da variável PROFUT corrobora com a média alta de endividamento, demonstrando que a adesão ao PROFUT pode ser a opção encontrada para uma redução do endividamento através da possibilidade de parcelamento de débitos fiscais (Umbelino *et al.*, 2019).

Ademais, o Gráfico 1 a seguir demonstra a variação média da variável Índice de Evidenciação Contábil ao longo do intervalo de tempo da pesquisa.

Gráfico 1 — Variação média do indicador de evidenciação contábil



Fonte: Resultados da pesquisa.

A variação do indicador de evidenciação contábil mostra que os clubes iniciam cumprindo, em média, mais da metade dos quesitos exigidos pela Resolução do CFC nº 1.429/2013, considerando sua última redação em 2018. Além disso, essa variação, apesar de leve, mostra uma melhora nos anos seguintes, o que pode refletir um processo de adaptação dos clubes às exigências de evidenciação e a busca por melhorias, com cerca de 75% de atendimento médio em 2022.

4.2 Resultado e discussão

A Tabela 3 apresenta a matriz de correlação para as variáveis considerando a primeira hipótese de pesquisa, sobre a responsabilidade social corporativa. Optou-se por realizar as correlações separadamente, para melhor visualização.

Tabela 3 — Matriz de correlação para responsabilidade social corporativa

	IEC	SOC	REDE	FEM	INC	AUD	PROFUT	ELE
IEC	1,00							
SOC	0,45**	1,00						
REDE	0,47**	0,24	1,00					
FEM	0,68**	0,57**	0,38***	1,00				
INC	0,45	0,47**	0,40	0,45**	1,00			
AUD	0,32	0,04	0,48***	0,26	0,21	1,00		
PROFUT	0,20	0,40	0,20	0,13	0,44***	-0,4	1,00	
ELE	0,02	0,01	-0,02	-0,007	-0,05	-0,10	-0,03	1,00

Notas: ***, **, * representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Avaliando a correlação das variáveis explicativas com a variável explicada de evidenciação contábil, tem-se que as variáveis SOC, REDE e FEM têm correlações significativas e positivas moderadas com a IEC, indicando que as variâncias seguem na mesma direção. Por outro lado, o incentivo a outros esportes não teve correlação significativa estatisticamente, o que sugere inicialmente que a hipótese H1 pode não ser confirmada.

A Tabela 3 apresenta a matriz de correlação para as variáveis considerando a segunda hipótese de pesquisa, sobre o desempenho econômico-financeiro.

Tabela 4 — Matriz de correlação para desempenho econômico-financeiro

	IEC	ROA	EG	GC	AUD	PROFUT	ELE
IEC	1,00						
ROA	-0,16*	1,00					
EG	0,22**	-0,35***	1,00				
GC	0,05	0,18*	-0,01	1,00			
AUD	0,31***	0,04	-0,25***	0,09	1,00		
PROFUT	0,20**	0,08	-0,04	0,01	-0,04	1,00	
ELE	0,02	-0,12	0,20**	-0,08	-0,09	-0,00	1,00

Fonte: Resultados da pesquisa. Notas: ***, **, * representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Em relação às variáveis de desempenho econômico-financeiro, a rentabilidade mostra uma associação negativa e significativa com a evidenciação contábil, enquanto o endividamento apresenta uma correlação positiva e significativa, apesar de baixa. Isso sugere que clubes mais endividados têm maior preocupação com a qualidade da sua evidenciação contábil, tendo em vista que pode reduzir custos de dívida. Já a variável Geração de Caixa não apresentou uma correlação estatisticamente significativa com a evidenciação contábil. Assim, tais resultados sugerem inicialmente que a hipótese H2 pode não ser confirmada.

A Tabela 4 apresenta a matriz de correlação para as variáveis considerando a terceira hipótese de pesquisa, sobre o desempenho esportivo.

Tabela 5 — Matriz de correlação para desempenho esportivo

	IEC	Ranking	Série	Ace	REB	AUD	PROFUT	ELE
IEC	1,00							
Ranking	0,20**	1,00						
Série	0,38***	0,27***	1,00					
Ace	-0,16*	0,17*	-0,33***	1,00				
Reb	-0,05	-0,55***	-0,19**	-0,14	1,00			
AUD	0,31***	0,24**	0,19**	-0,20**	-0,25***	1,00		
PROFUT	0,20**	0,11	0,04	0,03	0,07	-0,04	1,00	
ELE	0,02	0,18**	-0,04	0,19**	0,01	-0,09	-0,00	1,00

Notas: ***, **, * representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Resultados da pesquisa.

No que se refere ao desempenho esportivo, as variáveis *ranking* e a série em que o clube está incluso apresentaram correlação positiva e significativa com a evidenciação contábil, apesar de baixa. Por outro lado, o acesso à série demonstra correlação negativa e significativa com a evidenciação contábil, o que pode ser contraintuitivo, visto que a mudança de série deveria gerar maior preocupação com a qualidade da evidenciação contábil. Diferente do esperado, a variável rebaixamento não apresentou uma correlação estatisticamente significativa. Ascensão e rebaixamento em divisões do Campeonato Brasileiro podem promover aumento ou diminuição em diferentes linhas, tais como, publicidade (Minatto & Borba, 2020). Figueiredo, Santos & Cunha (2017) obtiveram correlação positiva e significativa entre a série e o nível de evidenciação, e afirmam que os clubes da Série A tendem a divulgar mais.

A Tabela 5 apresenta os resultados da análise empírica realizada para investigar a relação entre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e a variável de interesse IEC para evidenciação, utilizando um modelo Tobit.

A primeira hipótese (H1) tem como objetivo responder se uma maior evidenciação contábil dos clubes de futebol brasileiros está positivamente relacionada à adoção de práticas de RSC.

Tabela 6 — Regressão Tobit para a H1 de IEC e RSC

IEC	Coefficiente	Estatística <i>t</i>	p-valor
SOC	0,048	0,60	0,548
REDE	6,39e-09	2,32	0,022
FEM	0,34	5,89	0,000
INC	0,064	1,24	0,217
AUD	0,043	1,02	0,309
PROFUT	0,021	0,46	0,646
ELE	0,026	0,69	0,491

Const.	0,253	0,060	0,435
Observações	Log likelihood	LR Chi²(6)	Prob>Chi²
111	2,9506497	8,524	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Estimando o modelo Tobit e incluindo as variáveis explicativas, tais como SOC, REDE, FEM e INC, bem como variáveis de controle AUD, PROFUT e ELE, os resultados revelaram que a variável REDE apresentou significância estatística a um nível de 5% e a variável FEM apresentou significância estatística a um nível de 1%.

É crucial para os clubes esportivos se comunicarem efetivamente com a comunidade, fortalecendo laços com diferentes grupos e destacando o valor do clube. A visibilidade nas redes sociais, geralmente associada aos clubes de futebol mais seguidos, aumenta a necessidade de transparência na divulgação de informações contábeis para os stakeholders. Em resumo, a quantidade de seguidores nas redes sociais reflete o tamanho da torcida de um clube, e clubes com mais seguidores apresentam uma maior qualidade na evidenciação contábil.

Em relação a variável FEM, as questões de igualdade de gênero têm sido uma discussão relevante nos últimos anos. Buscando equiparar a importância dada à seleção brasileira de futebol feminino com a que a seleção masculina recebe, em 2023 foi decretado pela primeira vez, ponto facultativo durante o campeonato. Entretanto, percebe-se que o futebol feminino não desfruta das mesmas condições que o masculino em termos de visibilidade. Isso ocorre porque não há a mesma atenção midiática para ambos, e as questões de patrocínio e remuneração estão longe de serem comparáveis. Conforme o resultado, clubes que possuem agremiações femininas, apresentam uma maior evidenciação contábil.

Por meio da divulgação de informações obrigatórias e voluntárias, os clubes de futebol no Brasil podem estar procurando consolidar sua legitimidade perante seus associados e torcedores, ao mesmo tempo em que estabelecem um mecanismo transparente (Mayer, 2017). Considerando que RSC são informações voluntárias e não financeiras, esperava-se que a qualidade de divulgação da informação obrigatória pudesse influenciar na divulgação voluntária. A ausência de significância estatística nas outras variáveis de interesse e nas variáveis de controle sugere que, para esta amostra, é necessário melhorar a evidenciação voluntária.

Para a segunda hipótese de pesquisa, que propõe uma relação entre a evidenciação contábil e o desempenho econômico-financeiro dos clubes, tem-se os resultados apresentados na Tabela 7, utilizando um modelo de regressão Tobit.

Tabela 7 — Regressão Tobit para a H2 de desempenho econômico-financeiro

IEC	Coefficiente	Estatística t	p-valor
ROA	-0,042	-1,07	0,288
EG	0,039	3,41	0,001
GC	0,005	0,44	0,662
AUD	0,224	4,81	0,000
PROFUT	0,146	2,93	0,004
ELE	-0,006	-0,13	0,898
Const.	0,412	7,32	0,000
Observações	Log likelihood	LR Chi ² (6)	Prob>Chi ²
111	4,130482	34,48	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa.

A segunda hipótese (H2) tem como objetivo responder se uma maior evidenciação contábil dos clubes de futebol brasileiros está positivamente relacionada ao seu desempenho financeiro.

Inicialmente, buscou-se examinar a relação entre as variáveis de interesse e a variável IEC. Os resultados revelaram que somente a variável EG apresentou significância estatística a um nível de 1%. O resultado se contrapõe aos achados do estudo de Piva *et al.* (2020a), que obteve relação negativa na variável endividamento. Isso indica que, dentro das condições da amostra, a variável EG demonstrou um impacto significativo sobre a variável explicada de evidenciação contábil. As demais variáveis não atingiram níveis de significância estatística.

Além das variáveis de interesse, as de controle AUD e PROFUT apresentaram significância estatística, demonstrando impactos positivos significativos sobre a variável explicada IEC. Esse achado sugere que a auditoria externa e a adesão ao programa PROFUT estão associadas a aumentos correspondentes na variável IEC. O resultado se contrapõe aos achados de Umbelino *et al.* (2019), que constataram que a adesão ao PROFUT não provocou melhoras de divulgação nos anos estudados.

A estimativa da variância dos resíduos associados à variável IEC foi calculada em 0,054, com um intervalo de confiança de 95%, entre 0,041 e 0,070. Essa estimativa reflete a dispersão dos resíduos em relação à linha de ajuste do modelo Tobit, considerando a censura dos dados. A estreita faixa do intervalo de confiança sugere uma relativa precisão na estimativa da variância dos resíduos.

Ao testar a hipótese que sugere uma relação positiva entre o desempenho econômico-financeiro e a variável IEC, encontramos suporte para essa relação somente para a variável EG, sugerindo que clubes mais endividados apresentam uma melhor evidenciação contábil, visto que a adesão ao PROFUT pode ser um incentivo para uma redução do endividamento e, conseqüentemente, para o aumento do seu ativo (Umbelino *et al.*, 2019). Dessa forma, numa visão de curto prazo, clubes com maior endividamento podem alcançar maiores resultados esportivos (Ferreira *et al.*, 2018).

Ademais, a Tabela 8 analisa a terceira hipótese de pesquisa, também utilizando uma abordagem Tobit.

Tabela 8 — Regressão Tobit para a H3 de desempenho esportivo

IEC	Coefficiente	Estatística t	p-valor
RANKING	0,001	0,76	0,449
SÉRIE	0,187	3,49	0,001
ACESSO	-0,007	-0,10	0,922
REB	0,080	1,02	0,312
AUD	0,149	3,07	0,003
PROFUT	0,111	2,18	0,031
ELE	0,027	0,54	0,588
Const.	0,311	2,62	0,010
Observações	Log likelihood	LR Chi ² (7)	Prob>Chi ²
111	3,8266581	33,88	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa.

A terceira hipótese (H3) tem como objetivo responder se uma maior evidenciação contábil dos clubes de futebol brasileiros está positivamente relacionada ao seu desempenho esportivo.

Observando a Tabela 8, os resultados indicam que apenas a variável SÉRIE apresentou significância estatística a um nível de 1%. Isso implica que, dentro das condições da amostra, a presença do clube na Série A exerce um impacto positivo significativo sobre a evidenciação contábil.

As variáveis RANKING, ACESSO e REB não alcançaram níveis de significância estatística. Diferente do esperado, os pontos conquistados e a transição entre as séries através do acesso e do rebaixamento não causam impactos no nível de evidenciação contábil.

As variáveis de controle AUD e PROFUT demonstraram significância estatística, revelando impactos positivos significativos sobre a variável IEC. Esses resultados sugerem que aumentos nas variáveis de controle AUD e PROFUT estão associados a

aumentos correspondentes na variável IEC. A estimativa da variância dos resíduos associados à variável IEC foi calculada como 0,054, com um intervalo de confiança de 95%, entre 0,041 e 0,071.

A variável ELE não apresentou significância, corroborando o estudo de Ferreira *et al.* (2018), que constatou que o desempenho esportivo do clube não é impactado pelo imbróglio da eleição presidencial da entidade.

Ao testar a hipótese de que o desempenho esportivo está relacionado com a evidenciação contábil, os resultados respaldam parcialmente essa hipótese somente por meio da variável SÉRIE, divergindo dos achados no estudo de Piva *et al.* (2020a) e corroborando com o estudo de Figueiredo *et al.* (2017), que observou uma relação positiva e significativa entre a Série A e o nível de evidenciação, atestando que os clubes da Série A tendem a ter um maior nível de evidenciação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se analisar a relação entre a evidenciação contábil e os desempenhos econômico-financeiro, esportivo e a adoção de práticas de RSC dos clubes de futebol brasileiros. Usando uma abordagem econométrica, foram analisadas as demonstrações contábeis obrigatórias e os relatórios sociais nas páginas *web* oficiais de 40 clubes, conforme a tabela do Campeonato Brasileiro de 2021.

Ao analisar o nível de evidenciação contábil dos clubes das séries A e B do Campeonato Brasileiro, a amostra final foi composta predominantemente por clubes que mais permaneceram na Série A nos últimos anos. Devido à ausência de informações contábeis, o estudo foi realizado com 23 clubes.

Em primeiro lugar, pretendeu-se verificar se há uma correlação positiva entre a evidenciação contábil de acordo com a NBC ITG 2003 (R1) e a adoção de práticas de RSC, desempenho econômico-financeiro e desempenho esportivo. Em segundo, buscou-se entender se essas relações são mais propensas a serem vistas como responsáveis e confiáveis, promovendo legitimidade para os usuários da informação dos clubes de futebol.

A análise realizada por meio de modelos Tobit para examinar as relações propostas, permitem confirmar parcialmente H1. Essa hipótese buscava verificar a existência de uma relação positiva entre o nível de evidenciação contábil e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), assim como entre variáveis de interesse e variáveis de controle. Os resultados indicam uma relação positiva da qualidade da evidenciação contábil, com a quantidade de seguidores nas redes sociais e times de futebol feminino.

Esses resultados são particularmente relevantes no contexto atual, em que as atividades de RSC conduzidas por um clube geram positividade entre os torcedores, o que significa que é mais provável que eles se identifiquem com clubes que são proativos na área (Wysoczański-Minkowicz, 2021).

A contínua tendência de responsabilidade social apresenta-se como uma oportunidade significativa para explorar a relação entre a popularidade geral do esporte na sociedade e seu impacto econômico (Smith & Westerbeek, 2007). O estudo conduzido por Walker e Kent (2009) revela que as atividades de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) conduzidas por um clube geram uma resposta positiva entre os

torcedores, aumentando a probabilidade de identificação com clubes que demonstram proatividade na área de RSC. As crescentes forças comerciais e as pressões de mercantilização têm levado os torcedores de futebol em comunidades locais a tornarem-se cada vez mais “obstinados com o mercado” ao avaliar o impacto do influxo de dinheiro comercial no desempenho do clube, tanto dentro quanto fora de campo.

Ao divulgar informações aos usuários, compreende-se que as organizações buscam legitimar-se e fortalecer sua imagem. A divulgação de informações obrigatórias e voluntárias pelos clubes de futebol brasileiros pode ser vista como uma estratégia para promover legitimidade perante seus associados e torcedores, além de funcionar como um mecanismo de transparência (Mayer, 2017).

A Teoria da Legitimidade destaca a necessidade de as empresas operarem em consonância com as normas e as expectativas sociais para assegurar sua legitimidade. Assim, a divulgação de RSC emerge como uma ferramenta pela qual os gestores podem buscar ou manter a legitimidade organizacional perante seus *stakeholders*.

Por fim, os demais resultados para desempenhos econômico-financeiro e esportivo permitem confirmar parcialmente H2 e H3. A hipótese 2 buscava verificar a existência de uma relação positiva entre o nível de evidenciação contábil e o desempenho econômico-financeiro. Os resultados sugerem uma relação positiva, com a qualidade da evidenciação contábil, quando mensurados por meio do endividamento geral. Relacionando com a teoria da legitimidade, observa-se que o aumento do endividamento amplia a pressão social, destacando a necessidade de aprimoramentos na evidenciação contábil.

A hipótese 3 buscava verificar a existência de uma relação positiva entre o nível de evidenciação contábil e o desempenho esportivo. Os resultados sugerem uma relação positiva com a qualidade da evidenciação contábil e a presença do clube na Série A, notadamente a mais disputada por clubes de futebol profissionais. Sendo possível constatar o achado de Figueiredo *et al.* (2017), que obteve relação positiva e significativa entre a série e o nível de evidenciação, atestando que os clubes da Série A tendem a ter um maior *disclosure*.

Ademais, é essencial mencionar que as limitações deste estudo foi a não divulgação dos relatórios contábeis e sociais. Dezesete clubes não apresentaram em seus *websites* informações contábeis obrigatórias, sendo necessária a exclusão dos clubes no estudo, e, devido a esse fato, a amostra foi composta de apenas 111 observações. As

conclusões derivadas desses resultados devem ser interpretadas com cautela, reconhecendo que a generalização para contextos mais amplos pode ser limitada.

Em síntese, esta pesquisa contribuiu para a compreensão da relação entre a qualidade da evidenciação contábil e os desempenhos econômico-financeiro, esportivo e RSC dos clubes de futebol brasileiros, fornecendo *insights* para dirigentes, investidores, torcedores e o público em geral, além de permitir uma abordagem sob a ótica dos negócios para a complexidade do ambiente esportivo.

Embora os resultados não tenham corroborado todas as hipóteses iniciais, eles evidenciam a necessidade contínua de investigações mais amplas. Assim, pesquisas futuras podem aumentar a quantidade de observações e o espaço temporal, diante da regulação recente, bem como avaliar novos modelos estatísticos que ampliem a possibilidade de inferências, além de avaliar diferenças na adoção de práticas de RSC dos clubes entre países que disputam campeonatos internacionais.

REFERÊNCIAS

- Andrade Júnior, D. L. I., Ferreira, H. L., Piva, T. A. (2019). Influência do desempenho esportivo e da adesão ao PROFUT no nível de endividamento de clubes de futebol no Brasil. In: XIX USP International Conference in Accounting, São Paulo.
- Alves, C. D. S., Behr, A., & Raimundini, S. L. (2012). Mensuração e evidenciação de ativos intangíveis em demonstrações contábeis: o estudo de caso em um clube de futebol brasileiro. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 11(32), 9-25.
- Assis, R. B., Andrade, G. V., Benevides, V. R., Barbosa, W. N., Lourenço, I. C. (2020). “Futebol GAAP” no Brasil: Uma Análise sobre a Aplicação dos Requisitos de Evidenciação e Divulgação das Normas IFRS por Clubes Profissionais. USP International Conference Accounting. Recuperada: www.congressousp.fipecafi.org
- Baroncelli, A., & Lago, U. (2006). Italian Football. *Journal of Sports Economics*, 7(1), p. 13– 28.
- Barbosa, J. W. R., Meireles, S. S., & Macedo, M. A. S. (2020). Qualidade das informações contábeis de ongs no Brasil. Recuperado de <http://www.anpcont.org.br/congresso.php>.
- Barros, C. P. (2006). Portuguese football. *Journal of sports economics*, 7(1), 96-104.
- Bastos, P. S. S., Pereira, R. M., & Tostes, F. P. (2007). A evidenciação contábil do ativo intangível (atletas) dos clubes de futebol. *Pensar Contábil*, 9(36), Rio de Janeiro.
- Benin, M. M., Diehl, C. A., & Marquezan, L. H. F. (2016, junho). A evidenciação de indicadores não financeiros de medição de desempenho por clubes de futebol brasileiros. *Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências contábeis*. Ribeirão Preto, SP, Brasil, 10. Recuperado de <http://www.anpcont.org.br/congresso.php>.
- Benin, M. M., Diehl, C. A., & Marquezan, L. H. F. (2019). Determinantes da evidenciação de indicadores não financeiros de desempenho por clubes brasileiros de futebol. *Estudios Gerenciales*, 35(150), 16-26. Recuperado de <https://doi.org/10.18046/j.estger.2019.150.2884>.

Biddle, G. C., & Hilary, G. (2006). Accounting quality and firm-level capital investment. *The Accounting Review*, 81(5), pp. 963-982. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.963>.

Brandão, A. R. (2012). O endividamento dos clubes de futebol no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

Brasil. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11638-28-dezembro-2007-567680-publicacaooriginal-90985-pl.html>>.

Brasil. Lei n.º 10.672, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.672.htm>.

Brasil. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>.

Brasil. Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm>.

Brasil. Lei n.º 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Incentivos ao Desporto. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm>.

Brasil. Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de 57 dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004,

11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nos 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória no 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 5 de agosto de 2015. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13155.htm>.

Brizolla, M. M. B., Klann, R. C., (2019). Influence of environmental expenditures and environmental disclosure in the quality of accounting information. *Environmental Quality Management* (print), v. 28, p. 37-47, 2019.

Brunoro, J. C., & Afif, A. (1997). *Futebol 100% profissional*. São Paulo: Editora Gente.

Cândido, G. A., (2002). A formação de redes interorganizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional: o papel do estado e das políticas públicas neste cenário. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 8, n. 4, 2002.

Carroll, A. B., (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

Carvalho, A. O., & Fadul, E. M. C. (2012). Os fatores críticos de sucesso na gestão de organizações não governamentais. *Administração Pública e Gestão Social*, 4(2), 148-171. Viçosa.

Castro-Martinez, M. P., & Jackson, P. R. (2015). Collaborative value co-creation in community sports trusts at football clubs. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 15(2), 229–242.

Camargo, M. F. (2001). *Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Futura.

Choi, F. D. S., Frost, C. A. & Meek, G. K. (1999). *International accounting*. 3. ed. New Jersey: Prentice Hall.

Confederação brasileira de futebol (CBF) (2022). Relatório de público e renda do Brasileiro Assaí. Recuperado em 28 de dezembro de 2022: <<https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/index/cbf-divulga-relatorio-de-publico-e-renda-do-brasileirao-assai-brasil>>.

Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC n.º 1.429, de 25 de janeiro de 2013. Aprova a ITG 2003 – Entidade desportiva profissional. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1429-2013.htm>>.

Conselho Federal de Contabilidade (2017). Interpretação Técnica Geral 2003 (R1) - Entidade Desportiva. Recuperado em 20 de setembro de 2022 em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003(R1).pdf)>.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Contábil Básico 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, 2019. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Contábil Básico 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Brasília, 2010. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=38>>.

Coy, D., Dixon, K. (2004). The public accountability index: crafting a parametric disclosure index for annual reports. *The British Accounting Review*, v. 36, p. 79-106.

Cunha, P. R., Santos, C. A. D., & Haveroth, J. (2017). Fatores Contábeis Explicativos da Política de Estrutura de Capital dos Clubes de Futebol Brasileiros. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 6(1), 1-21.

Custódio, R. S., & Rezende, A. J. (2009). A evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. In *Anais do 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo. São Paulo: USP.

Dantas, M. G. da S., Machado, M. A. V., & Macedo, M. A. da S. (2015). Fatores determinantes da eficiência dos clubes de futebol do Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 8(1), 113–132. <https://doi.org/10.14392/asaa.2015080106>

Davis, K. (1960). Can business afford to ignore social responsibilities? *California Management Review*, v. 2, 70-76.

Deegan, C.; Rankin, M. & Voght, P. (2000). Firms' disclosure reactions to major social incidents: Australian evidence. *Accounting Forum*, 24(1), pp. 101-130. doi:10.1111/1467-6303.00031.

Deegan, C. & Rankin, M.; Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 15(3), pp. 312-343. doi: 10.1108/09513570210435861.

Deegan, C. The legitimising effect of social and environmental disclosures (2002). A Theoretical Foundation, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, vol. 15, n. 3, p.282–311, 2002.

De Moraes Peres, R.; Duarte, F. R. & Araujo, M. A. (2018). Índices de Governança Corporativa Aplicados ao Terceiro Setor. *Id on Line Rev. Mult. Psic*, 12 (40).

Dias Filho, J. M. (2009). Novos delineamentos teóricos em contabilidade. Ribeiro Filho, JF, Lopes, J. & Pederneiras, M. *Estudando Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas

Dima, T. (2015). The Business Model of European Football Club Competitions. *Procedia Economics and Finance*, 23(October 2014), 1245–1252. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00562-6](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00562-6).

Dimitropoulos, P. E., & Limperopoulos, V. (2014). Player contracts, athletic and financial performance of the Greek football clubs. *Global Business and Economics Review*, 16(2), p. 123–141.

Espitia, E. M., & García, C. L. I. (2010). Measurement of the efficiency of football teams in the Champions League. *Managerial and Decision Economics*, 31(6), p. 373–386.

Ferreira, H. L., Marques, J. A. V. C., Macedo, M. A. S. (2018). Desempenho econômico-financeiro e desempenho esportivo: uma análise com clubes de futebol do Brasil. 124

Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 16 – No 3 – set./dez. 2018.

Figueiredo, G. H., Dos Santos, V., & Da Cunha, P. R. (2017). Práticas de evidenciação em entidades desportivas: Um estudo nos clubes de futebol brasileiros. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(1).

Fisher, R. J. & Wakefield, K. (1998). Factors leading to group identification: A field study of winners and losers. *Psychology & Marketing*, 15(1), 23-40.

François, A. & Bayle, E. (2015). CSR: a new governance approach for regulating professional sport?: the case of french professionnall sports clubs. *Sport Management International Journal*, 11(2), 21-42.

Freitas, M. M., Farias, R. A., & Flach, L. (2017). “Efficiency Determinants in Brazilian Football Clubs”. *Brazilian Business Review* 14 (Special Ed):1-23.
<https://doi.org/10.15728/edicaoesp.2017.1>.

Freitag, R. M. K. (2018). Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? *Revista de Estudos Da Linguagem*, 26, 667–686.
<https://doi.org/10.17851/2237-2083.26.2.667-686>.

Gabriel, F.; Silveira, A.D.M.S. (2011). Qualidade da Informação Contábil e Análise de sua Relação com a Estrutura de Governança Corporativa das Firms no Brasil. *Congresso USP de controladoria e contabilidade*, São Paulo. Anais eletrônicos.

Galvão, N. S., & Miranda, L. C. (2016). Participação e evidenciação de atletas nos demonstrativos contábeis de clubes de futebol brasileiro. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 6(1), 112-131.

Gasparetto, T. M. (2013). O futebol como negócio: uma comparação financeira. *Revista Brasileira Ciência e Esporte*, v. 35, n. 4, p. 825-845, 2013.

Gil, A. C. (2019). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Göllü, E. (2012). Impact of the Financial Performances of Incorporations of Football Clubs in the Domestic League on their Sportive Performances: A Study Covering Four Major Football Clubs in Turkey. *Pamukkale Journal of Sport Sciences*, 3(1), p. 20–29.

Gonçalves, J. C. de S., Carvalho, C. A. (2006). A mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 4, n. 2, p. 1-27, 2006.

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2009). *Basic econometrics* (5th ed). McGraw-Hill

Irwin.Guthrie, J., & Parker, L. D. (1989). Corporate social reporting: a rebuttal of legitimacy theory. *Accounting and business research*, 19(76), 343-352.

Gutiérrez-fernández, M., Talavera-álvarez, F. J., & Coca-pérez, J. L. (2017). Sports Management as an Emerging Economic Activity. In M. Peris-Ortiz, J. Álvarez-García, & M. de la C. Del Río-Rama (Eds.), *Sports Management as an Emerging Economic Activity*. Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-63907-9>.

Guzmán, I. (2006). Measuring Efficiency and Sustainable Growth in Spanish Football Teams. *European Sport Management Quarterly*, 6(3), 267–287. <https://doi.org/10.1080/16184740601095040>.

Hassan, O. A. G., Giorgioni, G., & Romilly, P. (2006). The Extent of Financial Disclosure and its Determinants in an Emerging Capital Market: The Case of Egypt. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 3(1), 41-67.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Hedlund, P. R. (2021). Influência da responsabilidade social corporativa na qualidade das informações contábeis reportadas ao usuário. Dissertação de Mestrado, Universidade Regional.

do Noroeste do Estado do Rio Grande do SulHeltzer, W., (2011). The asymmetric relationship between corporate environmental responsibility and earnings management: Evidence from the United States. *Managerial Auditing Journal*, v. 26, n. 1, p. 65-88, 2011.

Holanda, A. P., Meneses, A. F., Mapurunga, P. V. R., Luca, M. M. M., & Coelho, A. C. D. (2012). Determinantes do nível de disclosure em clubes brasileiros de futebol. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(1), 2-17.

Holanda, S. S. P. (2015). Investigação da relação entre disclosure, materialidade e origem legal dos países: um estudo de transações com partes relacionadas (Dissertação de

mestrado). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Holtz, L., Souza, J. A., Salaroli, A. R., & Vargas, L. H. F. (2014). Divulgação de informações de caráter social e ambiental nos websites das maiores empresas com atividades no Espírito Santo.

Iudícibus, S. (2021). Teoria da contabilidade. 12. ed. São Paulo: Atlas.

Ibope Repucom. (2023). Ranking digital dos clubes brasileiros. Recuperado de <https://www.iboperepucom.com/br/rankings/>. (Acesso em novembro de 2023)

Keinert, C. (2008). Corporate social responsibility as an international strategy. Leipzig: Springer Science & Business Media.

Koenker, R., & Bassett, G. (1978). Regression quantiles. *Econometrica*, 46(1), 33–50. ISSN 00129682, 14680262. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1913643>.

Kolyperas, D., Morrow, S., & Sparks, L. (2015). Developing CSR in professional football clubs: Drivers and phases. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 15(2), 177-195. <https://doi.org/10.1108/CG-05-2014-0062>

Kuper, S.; Szymanski, S. (2010). *Soccernomics: por que a Inglaterra perde, a Alemanha e o Brasil ganham, e os Estados Unidos, o Japão, a Austrália, a Turquia - e até mesmo o Iraque - podem se tornar os reis do esporte mais popular do mundo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2010.

Lara, F. F. De. Responsabilidade Social Corporativa no Futebol do Brasil: Estudos de Caso com as Equipes do Campeonato Brasileiro Série A. *Podium Sport, Leisure and Tourism Review*, [s. l.], v. 03, n. 02, p. 01–11, 2014.

Lakatos, E. M., Marconi, M. A. (2017). Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. – São Paulo: Atlas.

Leite, D. U., & Pinheiro, L. E. T. (2014). Disclosure de Ativo Intangível: Um Estudo dos Clubes de Futebol Brasileiros. *Enfoque Reflexão Contábil*, 33(1), 89-104.

Leuz, C., Verrecchia, R. E. (2000). The economic consequences of increased disclosure. *Journal of Accounting Research*, v. 38, n. 3, p. 91-124.

Lemos, V. S., Klug, Y. S., Cruz, A. P. C., & Barbosa, M. A. G. (2019). Conservadorismo Contábil na Legitimação das Empresas de Capital Aberto do Setor de Minério no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 30(2), 113-142.

Lima, I. G. (2010). Índice de conformidade de evidenciação (ICE). Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, FECAP, São Paulo.

Liu, D., et al. (2019). Perceived corporate social responsibility performance in professional football and its influence on fan-based patronage intentions: A case study from Chinese football. *International Journal of Sports Marketing and Sponsorship*, 20(2), 353–370.

López Frías, D. (2018). Football and local communities: Understanding the effects of globalization. *Soccer & Society*, 19(7), 1009-1024.

Macedo, F. (2019). O futuro do futebol brasileiro depende de um novo olhar para a gestão dos clubes. Recuperado em 19 de novembro de 2022 de <
<https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/o-futuro-do-futebol-brasileiro-depender-de-um-novo-olhar-para-a-gestao-dos-clubes/>> .

Maia, A. B. G. R., Cardoso, V. I., & Ponte, V. M. R. (2013). Práticas de disclosure do ativo intangível em clubes de futebol. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 4(1).

Maia, A. B. G. R., & de Vasconcelos, A. C. (2022). Ambiente institucional, estrutura do futebol feminino e desempenho de 61 clubes das ligas mais fortes do mundo. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 11(1), 26-58.
<https://doi.org/10.5585/podium.v11i1.19066>.

Maglio, R., & Rey, A. (2017). The impairment test for football players: the missing link between sports and financial performance? *Palgrave Communications*, 3(1), 17055.

Marques, D. S. P. (2005). Administração de clubes de futebol profissional e governança corporativa: um estado de casos múltiplos com clubes do estado de São Paulo. 189f. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.

Marques, V. A., Santos, G. R., Ferreira, C. O. (2017). Nível de evidenciação das demonstrações contábeis dos clubes brasileiros de futebol. RMC, Revista Mineira de Contabilidade, v. 18, n. 2, art. 3, p. 28-40.

Marotz, D. P., Marquezan, L. H. F., & Diehl, C. A. (2020). Clubes de futebol: relações entre investimento, desempenho e adesão ao PROFUT. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 17, n. 43, p. 03-18, abr./jun., 2020.

Mayer, R. (2017). A evidenciação de informações contábeis obrigatórias e voluntárias: um estudo em clubes de futebol brasileiros. 2017.

Medeiros, O. & Quinteiro, L. (2005). Disclosure of accounting information and stock return volatility in Brazil. Social Science Research Network. Recuperado em 02 de janeiro de 2023 em : <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=835726>.

Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. American journal of sociology, 83(2), 340-363.

Minatto, F., Borba, J. A (2020). Insolvência em clubes de futebol brasileiros: proposição de modelos baseados em redes neurais. Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências contábeis. Foz do Iguaçu, PR, Brasil. Recuperado em 22 de novembro de 2022: <<http://www.anpcont.org.br/congresso.php>>.

Mósca, H. M. B., Silva, J. R. G., & Bastos, S. A. P. (2009). Fatores institucionais e organizacionais que afetam a gestão profissional de departamentos de futebol dos clubes: o caso dos clubes de futebol no Brasil. Revista Gestão & Planejamento, 10(1), 53-71.

Mota, A. F., Brandão, I. F., & Ponte, V. M. R. (2016). Disclosure e materialidade: evidências nos ativos intangíveis dos clubes brasileiros de futebol. Revista de Administração, Contabilidade e Economia - RACE, 15(2), 175-200.

Morrow, S. (2006) Impression management in football club financial reporting. *International Journal of Sport Finance*, 1(2): 96–108.

McWilliams, A., Siegel, D. (2011). Corporate social responsibility: a theory of the firm perspective. *The Academy of Management Review*, v. 26, n. 1, p. 117-127, 2011.

Mundo educação. Futebol. 2016. Recuperado em 15 de setembro de 2022 em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao-fisica/copa-mundo.htm>>.

Nakamura, W. T., & Cerqueira, S. de A. (2021). A Nova Era do Futebol Brasileiro e Clubes Geridos como Negócio. *Revista De Administração Contemporânea*, 25(4), e210055.

Niyama, J. K., & Gomes, A. L. O. (1996). Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. *Anais do Congresso Brasileiro de Contabilidade*, Brasília, DF, Brasil, 15.

Oliveira, M. C. de, Borba, J. A., Ferreira, D. D. M., & Lunkes, R. J. (2017). Características da estrutura organizacional dos clubes de futebol brasileiros: o que dizem os estatutos? *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(31), 47-57.

Oliveira, J. F. R., Viana Junior, D. B.C., Ponte, V. M. R., & Domingos, S. R. M. (2017). Indicadores de desempenho e valor de mercado: uma análise nas empresas listadas na BMFBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil- Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 9, n. 2, p. 240- 258.

Oliveira, W. A. S., Santos, M. P. C., & Borges Junior, P. (2020). Legitimação Corporativa e a Qualidade da Informação Socioambiental: Um Estudo das Concessionárias Brasileiras de Energia Elétrica. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil.

Palepu, K. G., Paul, M. H., & Peek, E. (2013). *Business Analysis & Valuation: IFRS edition*. 3 ed. Editora: Cengage Learning Business Analysis e Valuation.

Pedersen, P. M., & Rosati, F. (2019). Balancing community and business in professional sport organizations: The case of Danish football. *Journal of Sport Management*, 33(5), 397-409.

Pereira, C. A., Rezende, A. J., Corrar, L. J., & Lima, E. M. (2004). A gestão estratégica de clubes de futebol: uma análise da correlação entre performance esportiva e resultado operacional. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 4.

Perera, H., Baydoun, N. (2007). Convergence with International Financial Reporting Standards: The Case of Indonesia. *Advances in International Accounting*. v. 20, pp. 201-224.

Pedersen, E. R. G., & Rosati, F. (2019). Organisational tensions and the relationship to CSR in the football sector. *European Sport Management Quarterly*, 19(1), 38–57. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/16184742.2018.1546754>

Piva, T. A., Andrade Júnior, D. L. I., Marques, J. A. V. C., & Macedo, M. A. (2016). Análise da Correlação do Nível de Transparência com o Tamanho e o Desempenho Financeiro e Esportivo dos Clubes do Futebol Brasileiro. In: *Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, 12, 2016, Rio de Janeiro. *Anais do XII CNEG*. Niterói: Latec-UFF, 2016.

Piva, T. A., Marques, J. A., & Macedo, M. A. (2020a). Relação entre o nível de evidenciação contábil dos clubes brasileiros de futebol e os desempenhos financeiro e esportivo. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* (online), Rio de Janeiro, v. 25, n.2, p. 19 - p. 34, ISSN 1984-3291

Piva, T. A., Andrade Junior, D. L. I., & Marques, J. A. V. C. (2020b). Ensaio sobre estudos de evidenciação contábil em Clubes do Futebol Brasileiro. *Revista Intercontinental De Gestão Desportiva*, v. 10, p. 1.

Piza, S. C. T., Niyama, J. K., Santos, A. dos, & Martin, D. M. da C. (2012). A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(3), 78-97.

Pomering, A. & Johnson, L. W. (2009). Advertising corporate social responsibility initiatives to communicate corporate image: Inhibiting scepticism to enhance persuasion. *Corporate Communications: An International Journal*, 14(4), 420-439.

Prado, T. A. R., Oliveira Neto, J. M., Silva, D. A., & Oliveira, C. E. (2019). A relação entre a evidenciação contábil e as características dos clubes de futebol que atuam no campeonato brasileiro da série a. In: XIII Anpcont, São Paulo. Anais.

Prado, T. A. R. & Moreira, F. S. A. (2014) O Tratamento Contábil adotado pelos Clubes de Futebol no Registro de Atletas Profissionais e Amadores: um estudo das Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2012. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 14, 2014, São Paulo.

Ramos, F. M. (2014). Qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.

Ramos, F. M.; & Klann, R. C. (2015). Qualidade da Informação Contábil das Entidades Brasileiras do Terceiro Setor. *Future Stud. Res. Journal: Trends and Strategies*, 7 (1), pp. 3-32.

Ramos, F. M.; & Klann, R. C. (2019). Relationship between quality in accounting information and organizational characteristics of the third sector entities. *Revista Organizações & Sociedade*, 26 (88), pp. 9-27.

Raddatz, J., Krüger, C., Corrêa, P. A., Tonetto, L. M. (2021.). Indicadores Não Financeiros e Desempenhos Financeiro e Esportivo na Gestão de Clubes Brasileiros de Futebol.

Raimo, N., Vitolla, F., Nicolò, G., & Polcini, P., T., (2021). CSR disclosure as a legitimization strategy: evidence from the football industry. Recuperado de: doi10.1108/mbe-11-2020-0149.

Rezende, A. J., & Pereira, C. A. (2005). A gestão de contratos de jogadores de futebol: uma análise das decisões identificadas no caso do Clube Atlético Paranaense. Anais do Congresso Internacional de Custos, Florianópolis, SC, Brasil, 9.

Rezende, A. J., Dalmácio, F. Z., & Salgado, A. L. (2010). Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 13(2), 36-50.

Rezende, A. J., & Custódio, R. (2012). Uma análise da evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 6(3).

Rezende, A. J., & Dalmácio, F. Z. (2015). Práticas de Governança Corporativa e Indicadores de Performance dos Clubes de Futebol: uma Análise das Relações Estruturais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18(3), 105-125.

Ribeiro, A. S., & Lima, F. (2012). Portuguese football league efficiency and players' wages. *Applied Economics Letters*, 19(6), 599–602. <https://doi.org/10.1080/13504851.2011.591719>.

Ribeiro, J. M. P. (2015). Corporate Social Responsibility in Professional Football Club - Comparison between Spain, England, Germany, Italy and Portugal. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente), Universidade do Porto.

Rossoni, L. (2016). O que é legitimidade organizacional? *Organizações & Sociedade*, 23(76), pp. 110-129. doi: 10.1590/1984-9230766.

Ruta, D., Lorenzon, L., & Sironi, E. (2019). The relationship between governance structure and football club performance in Italy and England. *Sport, Business and Management: An International Journal*, ahead-of-p(ahead-of-print). <https://doi.org/10.1108/sbm-10-2018-0081>.

Segal; E. A., Prado, T. A. R., & Silva, M. A. (2015). NBC ITG 2003 – um estudo sobre a evidenciação de informações relacionadas a atletas nas demonstrações contábeis de Clubes de futebol brasileiros no ano de 2013. In: Congresso UFU de Contabilidade, 1, 2015, Uberlândia. Anais. Uberlândia: UFU.

Sheth, H. & Babiak, K. M. (2010). Beyond the game: Perceptions and practices of corporate social responsibility in the professional sport industry. *Journal of Business Ethics*, 91(3), 433–450.

Smith, A. C. & Westerbeek, H. M. (2007). Sport as a vehicle for deploying corporate social responsibility. *Journal of Corporate Citizenship*, (25), 43-54. <https://doi.org/10.9774/GLEAF.4700.2007.sp.00007>

Silva, J. A. F. & Carvalho, F. A. A. (2009). Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(6), 96-116.

Silva, C. A. T.; Teixeira, H. de M.; Niyama, J. K. (2009). Evidenciação Contábil em Entidades Desportivas. In: Congresso de iniciação científica em contabilidade, 9., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: USP.

Silva, T. B. J., Santos, C. A. D., & Cunha, P. R. (2017). Relação entre o Desempenho Econômico-Financeiro e o Relatório de Auditoria dos Clubes de Futebol Brasileiros. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(3), 177-200.

Silva, C. M. da, et al. (2019). O impacto do Profut nas ações financeiras dos clubes sócio-esportivos: um estudo de caso da gestão empresarial aplicada ao futebol mineiro. *Brazilian Journal of Development*, 5(2), 1219-1237.

Silva, V. M. (2020). Gerenciamento de impressão e qualidade das informações contábeis: Análise das empresas listadas na B3. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba.

Slack, R. and P. Shrives (2008). "Social disclosure and legitimacy in Premier League football clubs: the first ten years." *Journal of Applied Accounting Research* 9(1): 17-28.

Somoggi (2021). A Finanças dos clubes brasileiros em 2020. Recuperado em 08 de agosto de 2022: <<https://www.sportsvalue.com.br/pandemia-afundou-financas-dos-clubes-brasileiros-deficits-em-2020-foram-de-r-103-bilhao-e-dividas-de-r-10-bilhoes/>> .

Szuster, N.; Cardoso, R.; Szuster, F. & Szuster, F. (2013). Contabilidade Geral: Introdução À Contabilidade Societária. (5. ed.) São Paulo, SP: Gen/Atlas.

Trendafiova, S., Ziakas, V., & Sparvero, E. (2017). Linking corporate social responsibility in sport with community development: an added source of community value. *Sport in Society*, 20(7), 938-956.

Umbelino, W. L., Ponte, V. M. R., Silva, R. B., & Lima, M. C. (2019). 'Disclosure' em Clubes de Futebol: Estudo sobre os Reflexos da Lei do Profut. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 7(1), 112-132.

Valente, R., & Serafim, M. (2006). Gestão esportiva: novos rumos para o futebol brasileiro. *Revista de Administração de Empresas*, 46(3), 131-136.

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of accounting and economics*, 5, 179- 194.

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1- 3), 97-180.

Vico Mañas, A. & Ezequiel de Medeiros, E. (2012). Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 2 (2), pp. 15–29.

Vincent, C., & Eastman, B. (2009). Determinants of pay in the NHL: A quantile regression approach. *Journal of Sports Economics*, 10(3), 256–277. <https://doi.org/10.1177/1527002508327519>

Walters, G., & Anagnostopoulos, C. (2012). Implementing corporate social responsibility through social partnerships. *Business Ethics*, 21(4), 417–433.

Walters, G. & Tacon, R. (2010). Corporate social responsibility in sport: Stakeholder management in the UK football industry. *Journal of Management & Organization*, 16(4), 566-586.

Walters, G., & Panton, M. (2014). Corporate social responsibility and social partnerships in professional football. *Soccer and Society*, 15(6), 828-846. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14660970.2014.920621>.

Wysoczański-Minkowicz, R. (2021). Corporate social responsibility activities conducted by football clubs playing in the Polish top division – PKO Ekstraklasa. *Nome da Revista*, Volume(Issue). Disponível em: <https://doi.org/10.2478/pcssr-2021-0026>

Yamamoto, M. M., Salotti, B. M. (2006). Informação contábil: Estudos sobre a sua divulgação no Mercado de Capitais. São Paulo: Atlas.